

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

2 a 8 de setembro de 1991 nº 4

HÁ EMPRESAS DE FACHADA PARA NEGÓCIOS COM ANGOLA

O governador do Banco Nacional de Angola-BNA afirmou que em Portugal "montam-se empresas só para trabalhar em Angola" e cuja idoneidade "deixa muito a desejar". Foi uma resposta à crítica que havia sido feita por importadores angolanos, da Associação dos Industriais de Angola, que se queixam de que foram disponibilizados somente 12% do orçamento cambial destinado à indústria angolana. Este ano, o BNA já abriu créditos de US\$ 500 milhões para importações de mercadorias diversas. (p.05)

RELANÇAMENTO DA AGRICULTURA (Angola)

Mais de US\$ 100 milhões estão sendo investidos na agricultura este ano. No entanto, houve uma redução de 87% nas despesas com o setor agrícola estatal. Também houve uma redução, de 21 mil para nove mil, no número de trabalhadores nesse setor estatal. (p.04)

CONGRESSO DA FRELIMO - O "PAI CHISSANO"

EQUILÍBRIO REGIONAL ATRAI FRELIMO (Moçambique)

Analisando o VI Congresso da Frelimo, realizado mês passado (ver clipping n.3, pp.I e 16, 24 e 28), verifica-se que na eleição do Comitê Central e da Comissão Política houve maior equilíbrio regional, com cerca de 50% dos membros sendo originários das regiões Centro e Norte, sem predomínio do Sul, como anteriormente.

A Comissão Política (antigo birô político), de 15 membros, apresentou a novidade de ser composta praticamente pelos que tiveram melhor votação na eleição para o Comitê Central. Foi criado o cargo de secretário-geral da

Frelimo, para o qual foi eleito o ministro de Estado na Presidência, Feliciano Gundana, engenheiro e veterano do partido.

Os oficiais da ativa das Forças Armadas deixaram de pertencer aos quadros dirigentes da Frelimo, com excessão do Ministro da Defesa, Alberto Chipande. Há uma vontade de desvincular o governo da Frelimo. (pp.14 e 15)

INTOLERÂNCIA POLÍTICA É A RAÍZ DA VIOLÊNCIA (África do Sul)

Esta é a conclusão duma pesquisa realizada pela Universidade de Stellenbosch. Entre os negros, o Inkatha (Partido da Liberdade) é o grupo menos apreciado; entre os brancos, este posto cabe ao ANC. Já o neofacista AWB (Movimento de Resistência Africânder), é pouco apreciado seja por brancos (25,7%) , seja por negros (24,4%). Dentro do complexo processo de transição sul-africano, em que todos os grupos adquirem um importante peso político, a intolerância política e racial existindo e coexistindo em (e entre) cada um deles, confirma que a violência continuará a ser comum no país. (p.24)

CAVACO ADIANTA-SE A COLLOR E GONZÁLEZ (Angola)

A visita de Cavaco Silva a Angola (ver clipping nº 0 pp.I e 10), iniciada a 3 de setembro, tem como marca maior a precedência política, em resposta , especialmente, à iniciativa espanhola, que possui investimentos crescentes no país.

As relações bilaterais dominarão a atividade do primeiro ministro português, que está ciente do problema enfrentado pelos empresários portugueses quanto a incerteza na repatriação de capitais. (p.11)

CINCO NAVIO SOVIÉTICOS DESAPARECERAM (Guiné-Bissau)

Cinco navios que pescavam na Guiné-Bissau por conta da Sonapesca, uma sociedade sovieto-guineense, deixaram a área sem comunicar-se com as autoridades, com 47 toneladas de pescado, devido a divergência entre soviéticos e guineenses acerca do local de venda do produto. (p.12)

MPLA RECEBE MATERIAL DE GUERRA (Angola)

O material de guerra que continua a desembarcar em Angola permanecerá sob a guarda da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização, até que as autoridades esclareçam o assunto. A UNITA considera a aquisição deste material uma grave violação dos acordos de paz. No entanto o vice-ministro do Interior, Fernando da Piedade "Nandô", afirmou que o equipamento insere-se no acordo de recuperação de transportes assinado com uma firma britânica. Segundo meios governamentais, a UNITA visa acentuar o problema para esconder certas condutas graves na aplicação dos acordos de paz. (p.04)

CAVACO COM SAVIMBI EM LUENA. (Angola)

O encontro entre os dois foi confirmado para Luena. A dúvida sobre o encontro devia-se ao fato de Savimbi não vir a Luanda.

Cavaco pretende obter, nas vésperas de eleições em Portugal, dividendos por sua participação no acordo de paz em Angola. Além disso, ele conseguiu antecipar-se às visitas do primeiro-ministro espanhol e do presidente Color.

Trinta empresários portugueses, viajando por conta própria, acompanharão a visita. (p.07)

PORTUGAL TEM MAIS FUNÇÕES (Angola)

A visita do primeiro-ministro português Cavaco Silva a Angola num momento em que Lisboa assume uma postura mais ativa na negociação do processo de paz entre o Governo e a UNITA — suscita expectativa em Luanda. Um diplomata português irá assumir as funções de porta-voz da Comissão Conjunta Político-Militar (CEPM), órgão que dirige questões prioritárias como: o acantonamento das tropas (e o seu reabastecimento logístico), a aprovação das bases gerais para a formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), além de organizar e avançar o calendário eleitoral, um importante fator político inseparável da resolução dos complexos problemas militares. (p.08)

HOLDEN ROBERTO VOLTOU A LUANDA (Angola)

Proveniente de Paris, depois de um exílio de aproximadamente 17 anos, regressou a Luanda, "para ficar", o líder da FNLA-Frente Nacional de Libertação de Angola — Holden Roberto. Foi recebido por cerca de duas mil pessoas e pelo governador de Luanda. Afirmou que a guerra civil provocou 500 mil mortes e um milhão de mutilados e foi "uma guerra inútil". Admitiu a eventualidade de coligações com outros partidos. (p.10)

CHISSANO DESIGNOU NOVO MINISTRO DO INTERIOR (Moçambique)

Edmundo Carlos Alberto, o novo ministro (era vice da mesma pasta) foi também diretor da Polícia de Investigação Criminal. O antigo ministro, Coronel Manuel Antônio, detido por ter participado do golpe frustrado de junho passado, era uma figura carismática no seio da política moçambicana. (p.12)

QUALQUER OUTRA SOCIEDADE GANHARÁ EM NÃO REPETIR O NEGATIVO DA EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA

O relatório do Comitê Central da Frelimo, apresentado pelo presidente Joaquim Chissano, afirma a intenção da Frelimo em concorrer ao governo de Moçambique, num quadro pluripartidário, e atribui os erros cometidos no período pós-independência à inexperiência administrativa. Acusa a Renamo de ter gravemente prejudicado a aplicação dos programas de desenvolvimento econômico nos anos 80, e conclui reafirmando que o partido fará "todos os esforços" para o sucesso das negociações de paz. (p.13)

GATUNOS QUEIMADOS VIVOS EM BAIRRO POBRE EM MAPUTO (Moçambique)

Os três delinquentes foram primeiro presos por milicianos que, depois, se viram coagidos a entregá-los aos populares. Têm ocorrido casos idênticos, e a criminalidade em Maputo, neste primeiro semestre, aumentou em 15% em relação a igual período de 1990, quando o número de crimes, em geral, totalizou 4.512 (ver clipping nº 3, pp.IV e 17 a 20) p.15.

RENAMO SEM PRESSA EM PÔR TERMO À GUERRA (Moçambique)

Melhor falar com a Renamo do que lutar contra os seus rebeldes; no fim de julho, estes mataram todos numa aldeia em Nampula onde havia resistência. O presidente Chissano está tomando todas as medidas para satisfazer as exigências políticas da Renamo, incluindo facilitar a formação de novos partidos, permitir a particulares a posse de meios de comunicação e reduzir os poderes da SNASP, (a polícia secreta). Ainda assim, a guerra continua; a Renamo afirmou em Roma que "não tem pressa". (p17)

IMPASSE EM MOÇAMBIQUE

A Renamo, após ter pedido mais um adiantamento nas negociações com o governo moçambicano, propôs uma conferência dos países da África Austral para debater o assunto, o que foi considerado pela delegação moçambicana como "mais uma manobra dilatória" e que dificilmente irá se realizar, por terem os referidos países preocupações próprias, não serem definidos os objetivos estratégicos de tal conferência, e um novo adiantamento ser inaceitável para os demais envolvidos. A Renamo tem uma organização partidária apenas embrionária, desenvolvendo uma única política, a do prolongamento da guerra e a recusa às negociações. Terá ela realmente interesse na paz? (p.18)

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PREPARA ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Está em atividade uma Comissão Mista Luso-São-Tomense, com o objetivo de promover medidas de cooperação entre os dois países. Uma das suas tarefas é a preparação de um projeto para as eleições autárquicas, redimensionando as atribuições das municipalidades e visando o estreitamento das relações entre eleitores e eleitos. Deve-se recordar que as estruturas existentes estão adaptadas ao sistema de partido único, e que a escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros implica em prudência nas reformas. (p.21)

TRIBUNAL SÃO-TOMENSE JULGA EX-GOVERNANTE

CELESTINO DA COSTA ALVO DE SUSPEITAS EM S. TOMÉ

O atual governo suspeita de irregularidades na construção de 50 casas, na qual foram utilizados 13 milhões de dólares atribuídos pelo Banco Mundial, e solicitou a autorização do Parlamento para que o atual deputado, e ex-ministro, Celestino da Costa, prestasse esclarecimentos, o que foi feito. A construção das casas não fora acordada com o Banco Mundial, e foi realizada pela firma italiana Technol Systems, acusada de fazer negócios ruinosos com

países de Terceiro Mundo. (pp.20 e 21)

OS TRÊS "GRANDES" CHEGAM A ACORDO (África do Sul)

O governo sul-africano, o ANC e o Inkatha vão assinar no dia 14 de setembro de 1991 um acordo de paz, visando pôr fim aos conflitos que fizeram 2.000 mortos no último ano. O acordo consta de cinco pontos: código de conduta para os partidos; código de conduta para a polícia; propostas de combate aos problemas sociais; estabelecimento de mecanismos de controle do acordo; definição das etapas do processo de paz. (p.23)

ALA MILITAR DO ANC QUER COMISSÃO INDEPENDENTE PARA ANALISAR FORMAÇÃO DO NOVO EXÉRCITO SUL-AFRICANO

Esse novo exército, a ser criado durante o período de transição para o pluralismo racial, deverá incluir, além das forças governamentais atuais — incluindo as de segurança e polícia — as dos movimentos de libertação [O MK contaria com perto de 15 mil militantes]. Enquanto isso não se realizar, permanecerá "pronto para o combate" (p.25)

"OS PORTUGUESES TERÃO DE SER EM PRIMEIRO LUGAR SUL-AFRICANOS" (África do Sul)

GOVERNO TEME A EXTREMA-DIREITA (África do Sul)

O secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa — apontado como o herdeiro político de Nelson Mandela —, autodefiniu-se como um sindicalista, um marxista, um político e um pragmático. Quanto às questões internas, referentes ao conturbado processo pós-apartheid, disse que muito mais de 65% do eleitorado votaria no ANC, organização que, afirma, não fará nenhuma distinção baseada na cor ou origem dos grupos étnicos. Podem existir muitas nações dentro do país, mas zulus, xhosas, portugueses ou outros são compatriotas sul-africanas, com garantia de continuidade para seus negócios e empresas. As nacionalizações alcançariam somente certos setores estratégicos ou os grandes conglomerados, pois o princípio a ser definido será o da economia mista. Quanto ao monopólio e distribuição do poder político, Ramaphosa afirmou que o mesmo deve ser transmitido do centro para os níveis regional e local, retirando dos brancos rurais — onde predominam os africanos mais conservadores —, parte de seus poderes locais para manterem o apartheid.

O Governo sul-africano busca tomar medidas para controlar as ações dos grupos de extrema-direita. O Partido Nacional, de Frederik de Klerk, teme que os ultras causem mais problemas na democratização e instalação do multipartidarismo da sociedade sul-africana. (p.26)

BOERES QUEREM ESTADO BRANCO (África do Sul)

O Partido do Estado Boer, uma das organizações sul-africanas de extrema-direita, anunciou que enviará à ONU uma delegação para reivindicar o restabelecimento das antigas repúblicas boeres [Natal, Orange e Transvaal], pois, argumentam que somente a criação de um Estado exclusivo para os brancos resolverá a crise sul-africana.

Quanto ao partido governamental, este anunciou que proporá reformas radicais na constituição, entre as quais, a criação de um Conselho de Estado, que seria composto por três ou cinco membros, substituindo a figura do presidente da República. (p.27)

O RENASCER DOS BOERES (África do Sul)

Notificando o aparecimento de um "Partido do Estado Boer", com um programa que inclui a divisão da África do Sul em dois Estados, um para os brancos, outro para os negros, o artigo traz o resumo de toda a história do povo africano desde a chegada de Jan Van Riebeck ao Cabo, em 1652, concluindo com a afirmação de que as mudanças iniciadas por de Klerk são já irreversíveis, devendo os ultra-direitistas e separatistas boeres reconhecer que o seu tempo já passou. (p.28)

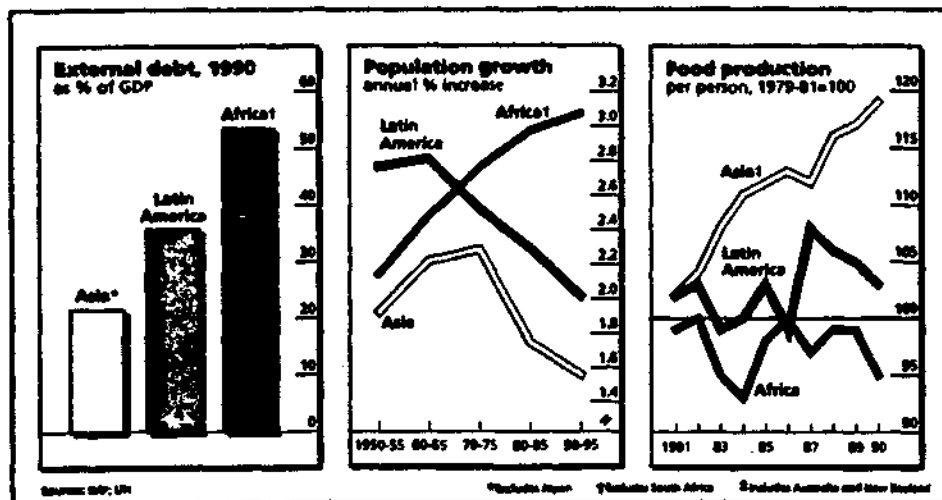
NOVA CONSTITUIÇÃO ANIMA POLÍTICA SUL-ÁFRICANA

Duas propostas constitucionais foram divulgadas recentemente, pelo Partido Nacionalista (no poder) e pelo ANC, e, embora haja elementos comuns, um acordo parece ainda distante. O ANC critica o governo de confundir "sistema multipartidário" com "governo multipartidário" (i.e., de coligação). O projeto dos nacionalistas brancos procura evitar o estabelecimento do sistema "um homem, um voto" mediante a divisão do país em 9 regiões autônomas, e pela instalação de uma segunda câmara legislativa, com representação em pé de igualdade, e com direito a veto. Espera-se o início da fase de concessões mútuas. (p.29)

VOÔ COMPROVANTE (Zimbábue)

Um sério escândalo compromete a atual administração da Air Zimbabwe. Não havia relatório financeiro desde 1987, e circulavam rumores de que houve suborno na seleção dos novos aviões bem como desapareceu dinheiro em divisas de dependências da empresa no estrangeiro. Houve mudanças na direção, e o novo presidente é R. Austin [que visitou já nesta função o Brasil, em busca de novas tecnologias]. Ele é advogado, branco e veterano militante político. O governo deverá enfrentar o escândalo, para satisfazer as exigências do Banco Mundial, e para acalmar o povo, extremamente insatisfeito com este tipo de escândalo. (p.30)

INTERNATIONAL



Remembering Africa

SINCE the Berlin wall came down, Africans have worried that their needs would be forgotten as the rich West rushed to assist Europe's rebirth. At least there is the United Nations. On September 3rd a special session of the General Assembly will begin two weeks' pleading of Africa's case.

The case is indeed alarming. In the past five years, says a report commissioned for the special session, real GDP grew by 2.3% a year in Africa (including Arab North Africa, but not South Africa). The population grew faster, so real GDP per head fell by 0.7% a year. The proportion of state spending devoted to health and education fell. In 1985 a quarter of Africa's pre-school children suffered from acute protein deficiency; in 1989 (when the figures, admittedly, were even less reliable) two-fifths did. Primary-school enrolment rose sharply during the 1970s, then fell by 7% between 1980 and 1987.

Latin America's recent conversion to the market has brought a rush of foreign investment. But those African countries that try to free their economies get slim rewards. Measured in constant prices, the net flow of money to Africa slowed from \$24.6 billion in 1986 to \$23.3 billion in 1990. Aid rose 4% over the period. Bank loans and export credits dried up.

As governments struggle to balance budgets, the real value of African civil servants' salaries has fallen by half in the past five years. Professionals are walking away; the UN thinks 50,000-60,000 left in those five years. The departure of the skilled, and the lowering of public-service morale, come as

development agencies stress the importance of "governance" in Africa. Bad private-sector managers and muddled bureaucrats do as much to stifle growth as misguided subsidies and five-year plans.

What is to be done? Other reports, from the UN Economic Commission for Africa and from the children's fund, UNICEF, have blamed some of Africa's misery on the budget-cutting policies of the IMF and the World Bank. This new study is more circumspect, partly because it is designed to win the backing of the UN general assembly, and partly because past divisions over development policy are healing. Africa's old rulers are retiring, or being forced out. Governments these days accept the need for reform. Donors have realised that Africans cannot withstand as much austerity as aid conditions used to demand.

The new UN report does criticise the World Bank for failing to foster diversification. More than half of African countries still depend on one or two commodities for 70% or more of their export earnings. The report calls for an African Diversification Fund, as if this would help. Still more piously, the secretary-general calls for a new and (naturally) high-level committee, including eminent persons, to monitor a "Compact for Co-operation" between donors and Africans.

This is hot air. But if it encourages rich countries to remember Africa, it may do some good. This year (see next story) there is famine in Africa to match the famous disaster of 1984-5, but no musical appeals for aid.

Between 1978 and 1990 donor governments wrote off loans to the poorest African countries worth about \$7.6 billion. Yet the chart shows that those countries remain profoundly, unsustainably, indebted. When the Group of Seven met in London in July, a British proposal to reduce Africa's debt more substantially than in the past was not taken up—partly because the assembled leaders were preoccupied with Mikhail Gorbachev.

Férias nos PALOP

Cabo Verde monopoliza

O NOVO olhar que os portugueses lançam aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ainda não chegou para aumentar a procura de férias naqueles países.

Mas existe já uma relativa concorrência entre os cinco países: Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, e Moçambique.

O contacto com os responsáveis pelas linhas aéreas destes países não foi possível, uma vez que a maioria se encontra em gozo de férias. Foi contudo possível obter um esboço da realidade.

Assim, de acordo os elementos recolhidos pode considerar-se que Cabo Verde é mais procurado para fins turísticos do que qualquer dos outros quatro países.

Angola é de longe o país que mais atrai os empresários, pelo que as viagens de negócios ultrapassam largamente as de turismo, estas ainda insignificantes.

Guiné-Bissau também atrai mais empresários que turistas, o mesmo acontecendo com Moçambique, embora em menor escala. A dificuldade de ligações a S. Tomé condiciona os fluxos para este país nas duas vertentes, pesem as grandes potencialidades turísticas.

Destaca-se ainda o facto de a maioria dos bilhetes de e para aqueles países ser adquirida

nesses mesmos países. É isso que nos explica José Coelho, das Linhas Aéreas de Moçambique: «A maior parte das viagens entre Portugal e Moçambique têm por fundamento os negócios e a maioria dos bilhetes é adquirida no Maputo. Normalmente são indivíduos já com ligações comerciais ou económicas os responsáveis por este fluxo».

No domínio do turismo, «as relações são marginais. Trata-se sobretudo de pessoas com ligações familiares ou afectivas a Moçambique e também neste caso a maioria dos bilhetes é adquirida na capital moçambicana», continuou José Coelho.

Com o objectivo de fomentar o turismo, as LAM têm em preparação uma campanha promocional, em que procurará atrair grupos organizados de turistas. «Mas as dificuldades em termos de estruturas são muitas», acaba por reconhecer.

A confirmar estas ideias, Duarte Machado, da APAVT, reconhece existir um «interesse crescente pelos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, mas os fluxos de maior relevância, por enquanto, são os que ligam Portugal a Angola, em primeiro lugar - e sobretudo devido a interesses económicos, seguido, à distância pelas ligações à Guiné-Bissau. Em termos de dominância dos fluxos turísticos, Cabo Verde é quase o monopolista».

CARTAS ao director

Trabalhadores do ex-Ultramar

O Decreto-Lei 380/89 parte do princípio, quanto a nós questionável, de que «não vigorando nos antigos territórios ultramarinos regimes de segurança social, para esta não teriam sido efectuados descontos».

De facto, não existia uma segurança social estabelecida

e regulamentada pelos governos central ou provincial, para a qual os trabalhadores e as entidades patronais efectuassem as devidas contribuições.

É também evidente que os trabalhadores da actividade privada foram sempre alheios a esta falha social de que o único responsável foi o Estado. Mas não é verdade que esses mesmos trabalhadores tiveram, através de uma experiência de dezenas de anos, transmitida de geração em geração, a inteligência e a capacidade económica de criar os seus próprios esquemas de segurança social?

Para essa «segurança social» eles contribuíram com os maiores sacrifícios, desde a limitação dos gastos até ao duplo emprego, sabedores de que, se assim não procedessem, o futuro e com ele a velhice seriam de negra miséria. Face a estas circunstân-

cias, os referidos trabalhadores sempre economizaram e investiram na «sua segurança social». Por isso:

- a) Passaram a vida a descontar para a compra de andares, que lhes foram espoliados perante a indiferença do Estado português;
- b) Mantinham economias depositadas em bancos e foram levanta-las à pressa em 1975 (Moçambique) para as entregar à guarda dos consulados de Portugal. Até hoje, não as conseguiram reaver do Estado português. E os depósitos bancários estão congelados... até mesmo quando os respectivos bancos mantêm a sua actividade em Portugal;
- c) Contrataram e pagaram durante anos seguros que agora lhes são recusados. E as companhias de seguros, por vezes, até eram metropolitanas;
- c) Investiram nas casas e

quintais onde viviam, tantas vezes para fazerem mais uns escudos com a venda de hortaliças, frangos e coelhos. Tudo lhes foi esbulhado perante a passividade do Estado;

e) Descontaram para sistemas de segurança social estrangeiros que agora lhes pretendem pagar em moeda de Moçambique.

f) Outros esquemas de segurança social de firmas estrangeiras para os quais contribuíram recusam pagar as reformas (ou devolver o capital), alegando terem sido nacionalizados;

g) Fizeram-se associados e descontaram durante anos (por vezes obrigatoriamente) para caixas e montepios que o Estado Português deixou nacionalizar sem procurar defender estes interesses;

h) Subscreveram acções de empresas ultramarinas, esbulhadas pelos novos gover-

nos nascidos com a descolonização;

i) Pagaram sempre os impostos que então vigoravam não só sobre o produto do seu trabalho (imposto profissional), como imposto de consumo, imposto complementar e demais taxas e contribuições que a lei, prodigamente, exigia.

Portanto, os trabalhadores da actividade privada do ex-Ultramar (os verdadeiros e sacrificados pioneiros de todo o desenvolvimento ultramarino!) reivindicam terem sido estas (e não foram pequenas) as suas contribuições para a segurança social. E elas deveriam ter sido tomadas em conta pelos legisladores quando estudarem os termos do Decreto-Lei n.º 380/90, na parte relativa aos ultramarinos, para não praticarem a injustiça de nos pretenderem exigir retroactivos de 18 por cento sobre o valor

de vencimentos actuais, quando, há 20/25 anos atrás, os nossos ordenados seriam menos de um décimo daquilo que agora se toma por base. Pretender-se que sejam as restritas e predestinadas disponibilidades da Segurança Social a resolver um problema desta envergadura, claramente motivado pela descolonização atabalhoada que sofremos, será prejudicial à justiça social que merecem os trabalhadores da actividade privada do ex-Ultramar.

O Governo deverá disponibilizar verbas que classificará como «encargos com a descolonização», a fim de fazer face tanto a esta como a outras despesas que, sem a menor dúvida, com idêntica origem, continuarão a registar-se nos próximos anos, distribuídas pelos diferentes ministérios.

Ángelo Soares
Lisboa

MPLA recebe material de guerra

MATERIAL DE guerra continua a desembarcar em Angola, atitude que a UNITA considera de "grave violação" dos acordos de paz por parte do Governo. Um carro de assalto BTR-152, 16 camiões Ural, todos de fabrico soviético, e 67 viaturas britânicas Bedford ficaram à guarda da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização por decisão da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), até que as autori-

dades esclareçam cabalmente o assunto.

O material desembarcou domingo no porto de Luanda, a bordo de dois navios holandeses, e destinava-se às forças governamentais. Fernando da Piedade "Nandó", vice-ministro do Interior, disse ontem à tarde que o equipamento veio de reparação na Grã-Bretanha e que se "deve evitar alaridos" porque vai chegar mais material, no âmbito de um acordo de recuperação de meios de transporte das FAPLA assinado com uma firma britânica. A CCPM decidiu que o governo deve apresentar toda a informação e respectiva documentação relativa a contratos militares com o estrangeiro ainda vigentes, incluindo eventual formação de quadros, nomeadamente de pilotos em Portugal.

Abel Chivukuvuku, porta-voz da UNITA em Luanda, disse

que a sua organização notificou o secretário-geral das Nações Unidas e solicitou ao governo "toda a transparência". Segundo meios governamentais, a UNITA está a atribuir uma dimensão maior ao problema para tentar esconder certas condutas graves na aplicação dos acordos de paz. Entre essas condutas estaria o descarregamento de peças de reposição em Lukua e Luena.

O certo, porém, é que as duas partes têm insistido ultimamente em mútuas acusações de entraves ao processo de paz, tom que observadores acham pouco prudente para grupos que ainda há quatro meses se confrontavam mortalmente.

Procurando acalmar os ânimos, a última reunião da CCPM recomendou aos seus membros maior celeridade no ritmo de execução do acantonamento das tropas nas áreas de localização, no seu reabastecimento logístico e na aprovação das bases gerais para a formação das Forças Armadas Angolanas. No domínio político foi decidido acelerar a adopção da calendarização do processo eleitoral e finalizar a libertação dos prisioneiros de guerra. Várias forças emergentes insurgiram-se já contra o facto de a questão eleitoral e de a formação do exército único estarem a ser debatidas apenas pelo MPLA e pela UNITA, defendendo uma consulta a todos os partidos sobre estas matérias de interesse nacional. ■

Pires Ferreira, em Luanda

O SÉCULO DE JOANESBURGO

19 AGOSTO 1991

Relançamento da agricultura

O relançamento da agricultura angolana passa pelo investimento de 94,3 milhões de dólares e a comercialização será apoiada em 24 milhões de dólares para este ano agrícola, segundo dados divulgados em Luanda.

A atribuição dos mais de 106 milhões de dólares foi anunciada pelo ministro angolano da Agricultura, Isaac dos Anjos.

Apelou para que organismos diversos, dos governamentais aos religiosos, ajudem na criação de "brigadas de intervenção" para apoio de urgência aos camponeses.

"A terra já foi lavrada e está pronta a receber as sementes que irão dar os alimentos tão necessários às crianças angolanas", disse Isaac dos Anjos, num conselho consultivo alargado do seu Ministério. Muitos dos seus quadros, comentou, estão ópticos a respeito da capacidade de realização das mudanças no sector.

Segundo dados divulga-

dos nesse Conselho, houve uma redução em 68 por cento no cultivo dos cereais nos cerca de 175 mil hectares de terras controladas pelo Ministério. Por outro lado, houve «aumento progressivo» na produção de raízes e tubérculos mas decréscimo na produção legal de carne, contra agravamento do abate clandestino.

Carlos Pombeares, porta-voz do Conselho, disse que houve uma redução considerável nas despesas governamentais no sector agrícola, de 1.500 milhões de quanzas em 1985 para menos de 200 milhões de quanzas em 1990.

A redução dos investimentos na agricultura «resultou do programa de redimensionamento do sector estatal, ainda em curso», disse.

Esse programa de redimensionamento, por outro lado, reduziu a força de trabalho de cerca de 21 mil trabalhadores em 1985 para os actuais cerca de nove mil trabalhadores.

Eduardo dos Santos acusa UNITA

O PRESIDENTE angolano José Eduardo dos Santos acusou ontem a UNITA de estar a impedir a circulação de pessoas e bens nas áreas sob seu controlo e apelou ao Ministério do Interior e à delegação do Governo na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPP) para "tomarem medidas políticas" para se acabar com o "medo ou intranquilidade noutros cidadãos", com o objectivo de aplicar "as cláusulas de acordo de paz".

Este é o primeiro ataque directo do Presidente angolano ao grupo de Savimbi depois da assinatura do Tratado de Estoril, a 31 de Maio. Eduardo dos Santos recordou que nos acordos é atribuída ao Governo a responsabilidade de continuar a manter a ordem pública e sugeriu outras medidas de "natureza preventiva" para se impedir que "destacamentos da UNITA, armados com armas de guerra, se instalem nas cidades e vilas".

"Todos os esforços devem ser envidados para eliminar os potenciais focos ou causas capazes de levar o país de novo à violência. É preciso defender e consolidar a paz", disse o chefe de Estado angolano. Segundo Eduardo dos Santos, vão ser criadas condições para que Jonas Savimbi se possa instalar em Luanda "evitando-se que Angola continue a ser vista no estrangeiro como se estivesse dividida". As suas instala-

ções "já estão identificadas", garantiu.

Eduardo dos Santos falava na abertura de mais uma sessão do Conselho de Ministros e sublinhou que este trabalho está "intimamente ligado à normalização da livre circulação das pessoas e bens, à extensão da administração do Estado a todo o território nacional e ao livre exercício da actividade dos partidos ou das suas comissões instaladoras reconhecidas". Só nestas condições, disse o Presidente, se pode continuar a dar novos passos para fazer avançar o processo de democratização e caminhar para a organização das primeiras eleições multipartidárias.

Dos Santos reconheceu a necessidade de "se recuperar o tempo perdido" e pediu "maior velocidade" no tratamento das questões previstas nos acordos de paz. Afirmou que dos 126 grupos de verificação do cessar-fogo apenas 29 actuam em áreas da UNITA e anunciou que nos próximos dias chegam mais 122 militares e 72 polícias para se juntarem aos 336 homens das Nações Unidas integrados na UNAVEM II, que fiscaliza o cessar-fogo.

O Presidente angolano que não intervinha publicamente há mais de um mês sugeriu aos partidos emergentes que acelerem o recrutamento dos seus membros para "conseguirem nos próximos dois meses as 3 mil

assinaturas que a lei estabelece" para se registarem como partidos políticos. Nesse período o Governo prevê a conclusão do anteprojecto de lei sobre o recenseamento eleitoral e a criação de condições para o início da identificação civil da população. Estas matérias serão postas à discussão pública até ao mês de Dezembro. A presente sessão do Conselho de Ministros está a reajustar o plano nacional de 1991 e a avaliar o grau de desempenho dos vários sectores do Governo para se detectarem "os desvios de orientação" e erros cometidos na implementação da política económica.

Hoje, entretanto, é esperado em Luanda o presidente da FNLA, Holden Roberto. Segundo o seu delegado em Angola, Leopoldo Trovoada, está tudo a postos para o avião aterrar às 14 horas, proveniente de Kinshasa. A FNLA é um dos movimentos que subcreveu os tristemente célebres Acordos de Alvor. O seu líder, que nunca esteve em Luanda enquanto homem político, viveu exilado, primeiro no Zaire, e nos últimos anos em Paris.

Não há grandes movimentações nem muita expectativa em torno do acontecimento. Isso deve-se ao facto deste regresso ter sido anunciado duas vezes sem resultado. Além disso, o próprio Holden Roberto não tem muitos aderentes em Luanda. ■

Há empresas de fachada para negócios com Angola

— refere o presidente do Banco Nacional de Angola

A maior parte dos importadores angolanos tem relações comerciais com empresas cuja «doneidade deixa muito a desejar», sobretudo em Portugal, disse o governador do Banco Nacional de Angola (BNA).

«Há dessas empresas em outros países», disse Fernando Teixeira, em entrevista divulgada quinta-feira pela Rádio Nacional de Angola (RNA). Em Portugal, afirmou, «montam-se empresas só para trabalhar em Angola».

A declaração foi feita em réplica a críticas feitas por José Manuel Inácio, presi-

dente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), que acusou terem sido disponibilizados, até hoje, apenas 12 por cento do orçamento cambial atribuído à indústria angolana.

Por outro lado, segundo notícias postas a circular, algumas indústrias estão paradas por falta de matéria prima. Em Portugal, «há empresas que trabalham exclusivamente com importadores nossos que às vezes são familiares e mesmo sócios», disse Fernando Teixeira.

Acrecentou que há importadores angolanos «que são sócios de empresas lá

fora, estão mancomunados».

«Há uma grande preocupação em importar (mas ninguém) está preocupado em analisar a situação das empresas importadoras», afirmou.

Nas próximas semanas, anunciou o governador do BNA, deverão chegar a Angola «grandes quantidades de comida e matérias primas» não especificadas.

Durante este ano económico, o Banco Nacional de Angola (BNA) abriu já créditos de quinhentos milhões de dólares para importação de mercadorias diversas.

A política tentada no país, disse, tem sido de austeridade, limitação das importações e procura de linhas de crédito internacionais.

As linhas portuguesas de crédito «estão salgadas», comentou, e Angola tenta obter noutros países «facilidades de crédito para importar nas melhores condições possíveis as mercadorias necessárias, para o aproveitamento da capacidade instalada nas indústrias e para os meios de consumo directo», como alimentos e medicamentos.

A AIA realizou em Luanda, na sexta-feira, uma assembleia-geral para debater a situação do sector industrial, incluindo os problemas derivados de onda de protestos laborais.

O SÉCULO DE JOANESBURGO
19 AGOSTO 1991

Visita a Angola

Cavaco não encontra Savimbi

Afinal, Cavaco e Savimbi não deverão encontrar-se em Angola, devido à ausência do líder da UNITA na Jamba

Lurdes Felo

CAVACO SILVA não deverá encontrar-se com Jonas Savimbi durante a sua visita oficial de três dias a Angola, apurou «O Jornal» de fonte governamental. O primeiro-ministro português tenciona avistar-se com um alto responsável da UNITA em Luanda, mas muito dificilmente será com o próprio Savimbi, por este se encontrar ainda na Jamba.

Parece não se confirmarem, portanto, os rumores que circularam nos últimos dias sobre um encontro pessoal entre Cavaco e Savimbi, previsto para uma cidade próxima de Luanda.

Problemas logísticos têm atrasado, entretanto, a definição do programa da visita oficial de Cavaco Silva, que terá início já na terça-feira, dia 3, e que contará com a presença de outros dois membros do Executivo português — Durão Barroso e Faria de Oliveira.

Segundo fontes oficiais, a comitiva deverá ficar reduzida a estes três governantes e não incluirá empresários. Estes viajarão por conta própria, por iniciativa da Associação Industrial Portuguesa (AIP), que convidou 30 empresários para visitarem Luanda em simultâneo com o primeiro-ministro.

A espera do programa

Uma delegação do gabinete do primeiro-ministro encontra-se, desde há uma semana, na capital angolana e, até à hora do fecho desta edição, ainda não tinha chegado a São Bento o programa definitivo. As nossas fontes negaram a existência de qualquer problema, mas admitiram não ter informação exacta sobre os dias e as horas dos principais encontros oficiais.

António Martins da Cruz, assessor diplomático de Cavaco Silva, já regressou a Lisboa, na quarta-feira, depois de ter acertado os aspectos principais da visita, designadamente a garantia dos encontros com o presidente José Eduardo dos Santos e com o primeiro-ministro angolano, mas um outro assessor de Cavaco, Jorge Silva Lopes, e o chefe da segurança, intendente Isaias Teles, ainda permaneciam em Luanda, pelo menos até à noite de ontem, quinta-feira.

Entretanto, Cavaco Silva recebeu ontem, em São Bento, o cardeal de Luanda, Alexandre do Nascimento, que estará ausente do país durante a visita oficial do chefe do governo português.

Embora não se espere a adopção de medidas políticas concretas nesta visita oficial, fontes governamentais fazem questão de sublinhar a sua importância numa altura em que os acordos de paz assinados em Portugal se encontram em plena execução.

O facto de Cavaco Silva ter decidido viajar até Angola nesta altura também é sintomático: por um lado, pretendeu obter dividendos óbvios da mediação portuguesa em vésperas de eleições no nosso País e, por outro lado, conseguiu antecipar-se às visitas oficiais, já anunciadas para breve, do primeiro-ministro espanhol, Felipe González, e do presidente brasileiro, Fernando Collor de Melo.

Em Luanda, a visita de Cavaco também parece estar a ser aguardada com alguma expectativa. A Imprensa angolana tem dado certo relevo ao facto e, nos meios portugueses próximos da Comissão Consultiva Político-Militar (CCPM), a chegada do primeiro-ministro português é vista como um importante contributo para a consolidação do processo apadrinhado em Lisboa.

Nos últimos dias, surgiram alguns problemas relacionados com a aquisição de material bélico por parte do MPLA e que a UNITA criticou, enquanto o governo de Luanda denunciou o facto de o movimento de Jonas Savimbi estar a adiar a libertação de prisioneiros. No entanto, a comissão de fiscalização do cessar-fogo confirmou ainda esta semana o respeito de ambas as partes em relação ao compromisso de paz.

Cavaco com Savimbi em Luena

A hipótese de Cavaco Silva se encontrar com o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, durante a sua visita a Angola está já confirmada. Segundo informações recolhidas pelo Semanário, o encontro entre o Primeiro-Ministro português e Savimbi vai realizar-se em Luena, uma cidade situada a cerca de oitocentos quilómetros de Luanda, que Cavaco visitará durante o segundo dia da sua estada.

A visita de Cavaco Silva reveste-se de um carácter essencialmente político. O reforço das relações entre os dois países é apresentado como o principal objectivo da deslocação. O Primeiro-Ministro pretendia ainda demonstrar o empenhamento de Portugal na consolidação e na boa marcha dos acordos de paz, levar uma mensagem de solidariedade na re-

construção de Angola e fazer o ponto da situação no que se refere à cooperação entre os dois países.

Da comitiva de Cavaco Silva fazem parte o ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dúrio Barroso, o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, general Soares Carneiro e o presidente do Instituto Português do Comércio Externo.

Além dos encontros com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, com membros do Executivo de Angola e com as comunidades portuguesa e empresarial, de destacar ainda a participação de Cavaco Silva na sessão plenária da Comissão Conjunta Político-Militar, onde proferirá um discurso.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 27 AGOSTO 1991

CAVACO EM LUANDA NA PRÓXIMA SEMANA — Cavaco Silva visitará Angola na próxima semana, onde vai permanecer durante três dias. O primeiro-ministro chegará a Luanda no dia três de Setembro e é lá que se encontra agora o seu assessor diplomático Martins da Cruz. Ainda sem confirmação, é possível que o líder da UNITA, Jonas Savimbi, já esteja nessa altura em Luanda. Cavaco Silva, que desde o passado dia 15 de Julho, data em que lhe foi dirigido o convite, tem vindo a adiar esta visita, vai chegar à capital angolana antes do primeiro-ministro espanhol, Felipe González, que é esperado para o dia 11 do próximo mês, a que se seguirá o Presidente do Brasil, Collor de Melo.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 28 AGOSTO 1991

GREVE DE ANGOLANOS NA SOARES DA COSTA — Os trabalhadores angolanos da empresa de construção civil portuguesa Soares da Costa iniciaram segunda-feira uma greve com vista à satisfação do seu caderno reivindicativo. Entre as exigências dos grevistas encontra-se um aumento salarial de 100 por cento, a concessão de assistência médica e o aumento do complemento alimentar a que têm direito. Com um total de 320 trabalhadores angolanos, a Soares da Costa tem 16 obras em curso naquele país, 12 das quais em Luanda. Os grevistas ameaçam não voltar ao trabalho enquanto não chegarem a acordo com a entidade patronal. Segundo a agência Lusa, a direcção da empresa está disposta a ceder a todas as reivindicações menos à de aumento do complemento alimentar.

Angola: Portugal tem mais funções

Gustavo Costa em Luanda

A DESLOCAÇÃO a Angola do primeiro-ministro português Cavaco Silva tem vindo a suscitar expectativa em Luanda, tanto mais que irá coincidir com o início de «uma nova fase do processo de paz angolano, num momento em que Lisboa acaba de assumir um papel de relevo no esbatimento das fricções que ainda opõem o Governo e a UNITA» — disse ao EXPRESSO uma fonte próxima da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).

Portugal, que assegura o funcionamento do secretariado comum, tem estado, com efeito, a ter uma postura cada vez mais activa na verificação do processo de paz, devendo um dos seus diplomatas reassumir as funções de porta-voz daquele órgão. A CCPM, segundo alguns observadores, passará a funcionar com maior discrição, devendo recorrer cada vez menos à Comunicação Social — que suscita estar a ser manipulada para «fins propagandístico-eleitorais» e a trabalhar no sentido de «acelerar o acantonamento das tropas e o seu reabastecimento logísti-

co, aprovar as bases gerais da formação das futuras Forças Armadas Angolanas (FAA), preparar os locais de acolhimento e instrução de novo pessoal e calendarizar o processo eleitoral.»

O chefe do Executivo português encontrará assim um cenário aparentemente descomprimido, em que o empolamento de certos incidentes, irrelevantes mas tidos como inevitáveis, não chega a pôr em causa o clima de entendimento entre as partes.

Acantonamento difícil

Assegurado no essencial o cessar-fogo, a partir de agora deverão merecer atenção prioritária as enormes limitações logísticas que condicionam o acantonamento efectivo dos cerca de 200 mil homens dos dois exércitos, dispersos por áreas geográficas extensas e com estruturas militares distintas. Neste contexto, o calendário e o itinerário do movimento das tropas para as áreas de acantonamento, bem como a natureza e o volume de material de guerra na posse do Governo e da UNITA deverão doravante, como pre-

visto, passar a ser comunicados à CMVF.

A montagem de uma rede de comunicação conjunta entre a CMVF e os grupos regionais, a implantação do sistema de fiscalização da Força Aérea e Marinha e a instalação na Jamba de uma delegação da CMVF parecem figurar agora entre as futuras prioridades desta instância criada pelos acordos do Estoril, cujos trabalhos registam, entretanto, um atraso de cerca de um mês. «A calendarização política não teve em conta a complexidade dos problemas militares», reconheceu um perito da UNAVEM-2.

Espera-se que nos próximos dias seja nomeado pela comissão militar o comando superior das futuras Forças Armadas e o seu Estado-Maior, o comando logístico de infra-estruturas e definida a simbologia das FAA. O processo de constituição das FAA continuará, no entanto, ainda condicionado à aprovação da orgânica dos seus diversos ramos, à preparação de aquartelamentos e à nomeação de instrutores.

O Governo angolano deverá, entretanto, baixar o nível da sua representação na CCPM, soube o EXPRESSO de fonte gover-

namental. A mesma fonte argumenta que Luanda terá empolado a sua representação naquele órgão nesta fase inicial, mobilizando para isso um vasto leque de figuras de proa da cúpula político-militar. Assim, é dado como certo o próximo afastamento de Lopo do Nascimento da chefia da delegação governamental à CCPM, para se dedicar exclusivamente ao Ministério da Administração do Território, de que é titular. O ministro e vice-ministro da Defesa, respectivamente coronel-general Pedalé e tenente-general N'Dalu, deverão também passar a dedicar-se prioritariamente às tarefas militares, agora que foram reinvestidos nas suas funções.

Se a saída destes últimos é entendida como correspondendo à necessidade de emprestar outra dinâmica ao processo de desmantelamento gradual das FAPLA e de acautelamento do movimento destas, devido ao desdobramento militar das FALA — tido como «pouco claro» —, já o afastamento de Lopo do Nascimento surge como uma imposição da ala conservadora do MPLA, que vê no antigo primeiro-ministro um elemento «maleável às pressões da UNITA na CCPM».

EDUARDO DOS SANTOS DENUNCIA «PRESENÇA MILITAR» DA UNITA

O presidente José Eduardo dos Santos manifestou-se preocupado com a presença de elementos da UNITA possuidores de armas de guerra nas cidades e vilas e exortou o Ministério do Interior e a delegação do Governo na CCPM a tomarem medidas políticas — e outras de natureza preventiva — para impedir que tal instalação prosiga, «criando o medo ou intranquilidade noutros cidadãos».

Jornal de Notícias - 01/09/91

Por REGINALDO
SILVA

Correspondente
em Luanda

Para o chefe de Estado angolano está em causa a aplicação das cláusulas do acordo que «atribuem o estatuto de polícia à guarda pessoal dos dirigentes da UNITA, cuja categoria também é conveniente precisar».

José Eduardo dos Santos, que falava na sessão de abertura de mais uma reunião do Conselho de Ministros, mostrou-se igualmente preocupado com o facto de a UNITA ainda não ter aplicado o princípio da livre circulação de pessoas e bens nas áreas que controla, enquanto «o Governo já abriu todo o território à actividade política livre da UNITA, à livre circulação dos seus quadros civis e simpatizantes, e estabeleceu o direito à livre circulação de pessoas e bens e ao exercício da actividade política em todo o território nacional».

Em declarações prestadas à rádio nacional, o general brasileiro Péricles Ferreira Gomes, chefe da missão das Nações Unidas (UNAVEM-2), que está a cumprir os derradeiros dias da sua missão em terras angola-

nas, afirmou que o Governo e a UNITA atropelaram as suas decisões de começar o acantonamento, numa primeira fase, no Leste e Centro-Sul do país, tendo a UNITA iniciado a movimentação das tropas para as áreas de localização no Norte e Nordeste o que, na opinião do general brasileiro, pode complicar ainda mais o processo de verificação. O oficial das Nações Unidas disse, por outro lado, que todas as informações até agora divulgadas sobre o acantonamento das tropas tanto pelo Governo como pela UNITA não são consideradas oficiais, por carecerem de consenso das partes directamente envolvidas.

As declarações de Péricles Ferreira Gomes poderão ter estado na base da convocação da reunião extraordinária da CCPM. De acordo com as informações prestadas pelo presidente José Eduardo dos Santos, neste momento, «encontram-se no país 228 efectivos das Nações Unidas com formação militar, para apoiarem as partes angolanas a controlar o cessar-fogo e 18 efectivos com formação policial, para fiscalizar a actuação imparcial da Polícia

em relação à actividade dos partidos políticos».

«Deverão chegar ainda 122 militares e 72 polícias para integram o corpo de fiscalização das Nações Unidas (UNAVEM-2).

HOLDEN ROBERTO REGRESSA A LUANDA

O presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Holden Roberto, regressou ontem a Luanda, procedente de Kinshasa, no Zaire, após 12 anos de exílio em França.

Holden Roberto, de 68 anos, tinha anunciado o regresso há duas semanas, depois de uma mensagem obscura pedindo direito de tráfego para o avião que o traria do Zaire para Angola.

A previsão da sua chegada levou as autoridades angolanas a tomarem medidas urgentes para garantir a sua segurança em Luanda e algumas personalidades chegaram inclusivamente a deslocar-se ao aeroporto, não tendo sido dada explicação para o sucedido.

Holden Roberto voltou a Luanda

HOLDEN ROBERTO, o presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), regressou ontem a Luanda, depois de um prolongado exílio em vários países, e disse que chegava «para ficar».

Parco em declarações, Holden Roberto disse que os seus planos imediatos eram o «restauro da paz» em Angola.

O líder da FNLA não se pronunciou sobre a possibilidade de se candidatar às eleições para a presidência de Angola. A insistência dos jornalistas sobre a eventualidade de poder vencer o acto eleitoral, limitou-se a referir que «quem vai à batalha não sabe se ganha ou perde».

Fragil, cansado e quase



Cerca de duas mil pessoas aguardaram Holden Roberto no aeroporto de Luanda. ^c Lusa

esmagado por um grupo de entusiastas, Holden Roberto adiou os seus comentários para uma conferência de Imprensa a realizar hoje. De qualquer modo, não escondeu que gostava de ser encontrado com Cavaco Silva, durante a próxima visita deste a Angola. Sobre a hipótese de se avistar com o Presidente José Eduardo dos Santos, afirmou que nada está ainda marcado.

Cerca de duas mil pessoas e uma banda de música, esperaram o líder da FNLA, durante quatro horas e meia, no aeroporto de Luanda, onde se deslocou o governador provincial, em representação do Governo e do MPLA.

HOLDEN ROBERTO «TOMA FÓLEGO»

Jornal de Notícias

2 de Setembro de 1991

Fragil, cansado e quase esmagado por um grupo de entusiastas, Holden Roberto, 68 anos, chegou ontem a Luanda. O líder da FNLA suspirou repetidamente bem fundo, ouvindo crianças que cantavam saudações, já no aeroporto.

«O povo é que vai decidir, não sou eu», disse, à pergunta sobre se se sente capaz de liderar a nação angolana. Recusou-se a determinar onde reside o seu maior eleitorado e admitiu a eventualidade de coligações com outros partidos, «se tal for necessário».

«Para qualquer pessoa é uma alegria regressar a Angola. Estou satisfeito».

«Volto para poder lutar, com o meu povo, na procura da paz e da instauração da democracia», disse. Em 1975, «não havia condições para eu vir».

Houve «uma guerra civil, uma guerra inútil que deu cabo das pessoas». A guerra civil teve a intervenção dos países que «impuseram a paz, foi uma guerra inútil», comentou. «Temos agora a lamentar perto de 500 mil mortos e um milhão de mutilados. É um peso para a nação angolana». Interrogado sobre a vi-

sita, na próxima semana, do primeiro-ministro português, Cavaco Silva, disse que, «se for possível, gostaria de me encontrar com ele».

Sobre um encontro com o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, Holden Roberto disse que não tem ainda nada marcado. «Vim de braços abertos para falar com toda a gente, o que queremos é a paz e a reconciliação nacional», disse.

O dirigente da FNLA reclamou para si a elaboração do plano de paz para Angola «que foi aceite pelas grandes potências» em 50% a 60% e comentou que os acordos do Alvor não foram «perfeitos», dado que derivaram de uma polarização entre o MPLA e a UNITA.

Os acordos de Bicesse também «não estão perfeitos», acrescentou.

O líder da FNLA chegou de Paris, via Kinshasa, onde esteve 24 horas para uma reunião de fa-

mília e onde, antes de partir para Luanda, fez um comício.

A recepção oficial a Holden Roberto foi feita pelo governador provincial de Luanda, Kundi Paihama, em nome do Governo e do partido governamental, o MPLA.

Os dirigentes da FNLA ficarão alojados temporariamente num hotel de Luanda e terão apoio de carros do protocolo de Estado.

Cerca de duas mil pessoas e uma banda de música esperaram Holden Roberto durante quatro horas e meia no aeroporto de Luanda, empunhando bandeiras, cartazes e fotografias do líder partidário.

A chegada, os jornalistas foram empurrados e vários elementos da segurança da FNLA tentaram impedir a sua aproximação do avião em que viajava o líder do movimento. Depois de algumas confrontações de maior ou menor violência, a imprensa foi autorizada a aproximar-se da delegação, mas o seu trabalho tornou-se praticamente impossível, pelo cerco dos simpatizantes mais exaltados.

A FNLA derivou da

União dos Povos de Angola (UPA), movimento determinado pela luta tribal da etnia bakongo, mais do que por noções de nacionalismo moderno, segundo analistas dos anos 70.

A guerra fratricida angolana, de cariz nacionalista, começou pela UPA, com ataques em 50 pontos do Rio Congo e em 15 de Março de 1961.

Ao longo de 640 quilómetros, foram mortos negros e brancos, crianças e mulheres. A resposta das autoridades portuguesas terá feito 20 mil mortos ou mais, segundo missionários baptistas declararam em depoimentos posteriores.

A FNLA surgiu depois de 1961 e, segundo o chefe de operações da CIA para Angola, no conturbado período da independência, John Stockwell, Holden Roberto teve «contactos esporádicos» com a central norte-americana de espionagem.

No levantamento de 1969, a FNLA tinha fraca actividade, com «raids» intermitentes na região fronteiriça.

Em 1973/74, segundo Stockwell, a frente recebeu armas e conselheiros

da China. Em Maio de 1974, caído o regime colonialista português, a Frente recebeu no Zaire apoio de 112 conselheiros chineses, além de 450 toneladas de armas.

Cavaco adianta-se a Collor e González

Ajuda portuguesa a Angola é superior a 1,6 milhões

Cavaco Silva parte amanhã para Luanda em visita oficial, de cariz marcadamente político. O apoio ao processo de paz angolano e, num plano mais secundário, as relações bilaterais dominarão a actividade do primeiro-ministro nos três dias de estada.

O CHEFE do Executivo pretende demonstrar uma vez mais o empenho de Lisboa no processo de paz e manifestar a solidariedade de Portugal para com Angola.

Cavaco antecederá as anunciadas deslocações a Angola de Collor de Melo e de Filipe González, previstas para este mês, e as visitas prováveis do Presidente José Eduardo dos Santos a vários países, incluindo os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha.

A mensagem de Cavaco, segundo fontes diplomáticas, será principalmente política, não se aguardando anúncio de iniciativas de âmbito económico ou no sector da ajuda à reconstrução.

As mesmas fontes sublinham que as questões económicas e financeiras «estão prefiguradas pela Comis-

são Mista e decorrem a nível ministerial».

Refira-se que a cooperação e ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento angolano, canalizada por órgãos governamentais, foi superior a 1,6 milhões de contos no ano passado e serviu sobretudo a área sociocultural. A verba não cobre todos os gastos dos ministérios portugueses nem as contribuições multilaterais, diz um estudo recente sobre a cooperação luso-angolana.

Paz «degela» relações com Portugal

O ensino e formação profissional foram a área de maior investimento oficial, com quase meio milhão de contos pela Direcção-Geral para a Cooperação (DGC).

O apoio português é prestado pela DGC, com 810 mil contos, e pelo Instituto para a Cooperação Económica (ICE), com 797 mil contos no ano passado. O recém-criado sistema de cobertura de riscos de crédito foi de 45,5 milhões de dólares no ano passado, abrangendo exportação de bens e equipamentos.

Mas Portugal poderá ter de readaptar a sua actuação nas áreas de cooperação com Angola e melhorar o sistema de apoio às suas próprias estruturas no país, segundo afir-

mam fontes diplomáticas e políticas em Luanda, num balanço sobre a cooperação. Portugal tem capacidade financeira diminuta, mas dispõe de meios e *know-how* do que ficou ou resta da sua prolongada experiência colonial, acrescentaram.

Depois do degelo claro que se seguiu à intervenção de Lisboa no processo de paz, Portugal é parte do grupo de países ocidentais para que Angola se virou. «Deveríamos dar apoio preferencial a projectos credíveis para recuperação a curto prazo», dizem responsáveis da área económica, para quem não faz sentido empolar a capacidade lusitana.

As perspectivas no comércio luso-angolano «são boas, sobretudo por causa da descapitalização» em Angola. De Janeiro a Maio deste ano, Portugal exportou 24 milhões de contos para Angola e importou cerca de cinco milhões. Esse desequilíbrio tradicional acaba por condicionar a relação e investimento num país tão necessitado de abastecimentos e ajuda de urgência como Angola.

Portugueses reclamam

Por outro lado, 120 empresários portugueses apareceram a reclamar cerca de 200 empresas angolanas. Mas o projecto de redimensiona-

mento empresarial do Estado angolano está atrasado, acrescido de dúvidas sobre o regime para eventual entrega de empresas de que portugueses foram donos. «O investimento a fazer para recuperação das empresas é tão grande que os empresários acabam por desistir», comentam entendidos do sector.

As perspectivas portuguesas não são tão róseas quanto se sugere. As missões de empresários que se repetem em Angola saem com incertezas acerca da repatriação de capitais, por exemplo. Quanto aos grandes grupos e interesses, não há informações sobre os seus projectos. «Os grandes grupos entram em contacto directo com ministros» para negociar a sua intervenção. «Tudo se parece passar nos corredores», referem.

Na área económica, há interesses portugueses no relançamento de campos estratégicos, como os cimentos, comunicações, transportes e ensino, mas Portugal perde «competitividade» contra países como Espanha e França, que «oferecem contrapartidas para que arranquem os projectos das suas empresas».

Um dos casos paradigmáticos da intervenção portuguesa em Angola é o da reconversão da cimenteira Cimangola, que se arrasta há mais de um ano.

Moçambique estabelece relações com a Indonésia

O primeiro-ministro Cavaco Silva mostrou-se sexta-feira à noite convicto de que o anunciado estabelecimento de relações diplomáticas entre Moçambique e a Indonésia «em nada altera» a condenação moçambicana da ocupação de Timor Leste.

Falando aos jornalistas em Lagoa, após uma visita a Fatacil no sábado, Cavaco Silva ressaltou que o Governo português «não faz comentários sobre decisões soberanas de outro Estado».

Mas adiantou acreditar que a iniciativa confirmada sexta-feira em Maputo «em nada altera a condenação que Moçambique e os outros países africanos de língua oficial portuguesa, ao longo dos anos e de forma consistente, tem feito da ocupação de Timor Leste por parte da Indonésia e das atrocidades cometidas pelas tropas indonésias contra o povo timorense».

O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros,

Pascoal Mocumbi, confirmou sexta-feira em Maputo que Moçambique vai estabelecer brevemente relações diplomáticas com a Indonésia.

A notícia causou «alguma estranheza» nos meios diplomáticos internacionais, dado o tradicional apoio político concedido por Moçambique à resistência timorense.

Pascoal Mocumbi negou contudo que a iniciativa prejudique o apoio moçambicano à Frente de Libertação de Timor Leste (Fretilin), assegurando que a abertura de canais diplomáticos entre Maputo e Jacarta «não alterará a diferença de pontos de vista» em relação à questão timorense.

A Fretilin já indicou sexta-feira estar convicta da imutabilidade das suas relações políticas com Moçambique, apesar do anúncio de estabelecimento de relações diplomáticas entre os governos moçambicano e indonésio.

O secretário das relações exteriores da Fretilin, Mari Alkatiri, sublinhou que as relações com Moçambique «são profundas e foram muito consolidadas nestes últimos quinze anos».

Ataque ao Chibuto

A Rádio Moçambique divulgou num dos seus noticiários que a Renamo assassinou 41 pessoas e feriu outras 77 durante um ataque desencadeado contra a sede do distrito do Chibuto, a apenas 45 quilómetros da Cidade de Xai-Xai, capital da província de Gaza. Os atacantes raptaram ainda vários civis e saquearam muitas residências e estabelecimentos comerciais.

De notar ser no Chibuto que está instalado o Quartel General Provincial das Forças Armadas de Moçambique, cuja guarnição não foi atacada.

Detido o ministro do Interior por alegado envolvimento em tentativa de golpe de Estado

*** Chissano designou Edmundo Carlos Alberto como novo titular da pasta do Interior**

O ministro do Interior de Moçambique, coronel Manuel António, foi detido, no passado dia 11, e acusado de envolvimento na frustrada tentativa de golpe de Estado de Junho, anunciou a Rádio Moçambique, citando fonte oficial em Maputo.

A fonte não deu mais pormenores sobre a detenção do ministro, figura carismática no seio da Polícia.

O Governo moçambicano anunciou em 27 de Junho a detenção de 16 militares de alta patente e civis por alegado envolvimento numa tentativa de golpe de Estado em Moçambique, em meados de Junho.

NOVO MINISTRO

O presidente Joaquim Chissano nomeou para no-

vo ministro do Interior de Moçambique o actual vice-ministro da mesma pasta, Edmundo Carlos Alberto, anunciou em Maputo fonte oficial.

O novo ministro do Interior desempenhou anteriormente, entre outras funções, o cargo de director da Polícia de Investigação Criminal (PIC) moçambicana.

Cinco navios soviéticos desaparecem

CINCO NAVIOS soviéticos que pescavam na Guné-Bissau por conta da Sonapesca, uma sociedade soviético-guineense, desapareceram esta semana com 47 toneladas de produtos de pesca a bordo, anunciaram dirigentes da empresa. Três dos cinco barcos deixaram o porto de Bissau sob pretexto de se irem reabastecer de combustível, enquanto os restantes dois levantaram ferro na madrugada de quarta-feira sem avisar as autoridades portuárias. Segundo a mesma fonte, a fuga deveu-se a divergências entre soviéticos e guineenses sobre o local de venda do pescado. A parte soviética preferia as Canárias enquanto que a parte guineense era favorável a Portugal. ■

Conversações de Roma e processo de paz**Chefe da delegação moçambicana elogia atitude do Governo português**

O chefe da delegação governamental de Moçambique às conversações de Roma com a Renamo, Armando Guebuza, elogiou a semana passada em Maputo a atitude do Governo português em relação ao processo de paz.

Em contrapartida, acusou os «lobies» da Renamo em Portugal e alguns imprensa portuguesa de prejudicarem o bom andamento das negociações de Roma, através de especulações sobre a transferência destas para Lisboa.

«A posição do Governo português é clara, respeita o Estado moçambicano, o seu Governo e instituições,

mas os «lobies» da Renamo têm uma posição controversa, pretendendo puxar as conversações de Roma para Lisboa», afirmou Guebuza numa conferência de Imprensa.

Armando Guebuza recusou-se a comentar a anunciada visita a Portugal do chefe da Renamo, Afonso Dlakama, limitando-se a afirmar que essa é também uma preocupação exclusiva dos apoiantes do movimento rebelde em Lisboa.

«Alguém em Portugal, para além desses «lobies» da Renamo, está preocupado com tal visita de Afonso Dlakama?», interrogou-se

o governante moçambicano.

O ministro censurou os «lobies» da Renamo em Portugal, que descreveu como um conjunto de «figuras políticas e certos sectores da imprensa», por insinuarem que as conversações decorrem em Roma mas que «as coisas se decidem em Lisboa».

«Mas essa imprensa nunca disse quais as «coisas» que se resolvem em Lisboa, nem a que preço», afirmou Armando Guebuza, que criticou a RTP pela recente transmissão de um programa que «apela ao Governo para apoiar a Renamo».

«Com esse programa em favor da imagem da Renamo, a RTP esqueceu-se que esta organização já raptou cidadãos portugueses, destruiu propriedades de portugueses», afirmou o ministro Guebuza, acrescentando que os rebeldes ainda continuam a matar

moçambicanos de forma «sádica e macabra».

Armando Guebuza reiterou que o Governo moçambicano, por «uma questão de soberania», não aceita qualquer intervenção das Nações Unidas no processo de registo de novos partidos nem, como propõe a Renamo, um Governo de transição supervisionado pela mesma organização internacional.

«Isso seria uma recusa, mais do que descarada, do reconhecimento de Moçambique como país independente e soberano», justificou o ministro.

O chefe da equipa negociadora de Maputo às conversações de paz com a Renamo mostrou-se confiante em que um próximo encontro entre o subsecretário de Estado norte-americano, Jeffrey Davidow, e Afonso Dlakama, possa servir para fazer avançar as conversações de Roma.

Qualquer outra sociedade ganhará em não repetir o negativo da experiência moçambicana

O SÉCULO DE JOANESBURGO
19 AGOSTO 1991

O relatório do Comité Central da Frelimo, apresentado segunda-feira, ao 6.º Congresso do Partido, admite a prática de erros políticos e económicos durante os 16 anos de governo e propõe novos caminhos para o desenvolvimento do País.

O documento de 48 páginas, lido pelo presidente Joaquim Chissano, aborda um vasto leque de questões que vão desde o processo de democratização interna do País até à mudança programática e funcionamento interno do partido Frelimo.

O documento afirma a intenção da Frelimo de continuar a concorrer à governação em Moçambique, num quadro do multipartidarismo.

A Frelimo atribuiu os erros cometidos nos últimos 16 anos à sua inexperiência governativa, imediatamente após a independên-

Na sua análise sobre a gestão do País desde a independência, o relatório lido pelo presidente Joaquim Chissano afirma que a Frelimo, ao tomar consciência desta situação, em 1984, iniciou um processo de correcções.

«Depoistámos muita confiança na força económica e na capacidade do então existente sistema socialista mundial, cujo apoio se revelou muito limitado e cuja crise interna estava desencadeada», justifica a Frelimo.

As medidas de correcção político-económica, afirma o documento, traduziram-

eficiência profissional e económica.

«Encobertamente, alguns usaram o poder ou os cargos para utilizarem os recursos alheios para resolução dos seus problemas pessoais», afirma o relatório lido ao 6.º Congresso da Frelimo pelo presidente Chissano.

Ao propôr-se à continuação no exercício do poder, no futuro quadro multipartidário em Moçambique, a Frelimo evoca como vantagem os 16 anos de experiência de direcção e profundo conhecimento dos problemas do País.

«Qualquer outra sociedade ganhará em não repetir o negativo da experiência moçambicana», diz o documento.

O relatório acusa a Renamo, protagonista da guerra em Moçambique, de ter fortemente contribuído para dificultar a aplicação dos programas de desenvolvi-

mento económico do País iniciados na década de 80.

«Em 1989, após profunda reflexão, o governo moçambicano decidiu-se pelas conversações de paz com a Renamo, grupo armado que pratica a violência contra o povo e a destruição do país», afirma o relatório, lamentando o insucesso das diversas reuniões para a paz.

Mas o Comité Central da Frelimo afirma que continuará a fazer «todos os esforços» para a consecução da paz e normalização da vida nacional.

O 6.º Congresso da Frelimo, que decorrerá até dia 20, prosseguirá terça-feira de manhã com a discussão sectorizada do relatório do Comité Central e dos novos projectos para os seus novos estatuto e programa.

Congresso da Frelimo

O 'Pai Chissano'

Não houve grandes surpresas nas eleições para os novos órgãos dirigentes da Frelimo

Augusto de Carvalho
Maputo

FELICIANO GUNDANA, engenheiro, veterano da luta armada de libertação, ministro de Estado na Presidência, na casa dos 50 anos, foi eleito secretário-geral do Partido Frelimo, aliás o primeiro secretário-geral na história da organização, um cargo político-executivo.

Foi o Congresso de Joaquim Chissano, também o mais longo da história do partido — 11 dias. Chissano foi eleito presidente pelo Congresso por voto secreto, com a percentagem de 98,6 por cento dos votos. Feliciano Gundana, da província de Sofala no centro do país, a Beira como capital, foi eleito pelo Comité Central, por 61 por cento dos votos.

Houve apenas dois candidatos ao cargo, depois de se terem revelado inúteis os esforços dos apoiantes do ministro da Administração Estatal, Aguiar Mazula, para o convencerem a apresentar a sua candidatura. Gundana derrotou o ministro da Informação, Rafael Magumi, eleito, aliás, para a Comissão Política (ex-Bureau Político)

que se vai dedicar, sobretudo, à definição da estratégia do partido no intervalo das reuniões do Comité Central.

A diferença entre estas três personalidades tem mais a ver com a força anímica ou temperamental própria, que com sensibilidades políticas, substancialmente idênticas.

A Informação esteve em foco neste Congresso, não pelo tratamento nos jornais, que primaram quase pelo alheamento no seu noticiário quotidiano, mas porque trouxe para as luzes da ribalta política não apenas o ministro do pelouro, mas também o jornalista e cantor de sucesso, Manuel Tomé, director da Rádio e ex-secretário-geral da Organização Nacional dos Jornalistas. Manuel Tomé foi eleito para o Secretariado, órgão executivo por excelência, espécie de governo do partido.

Jacinto Veloso

Nas vésperas do Congresso muito se especulou sobre o que iria acontecer com Jacinto Veloso, ministro da Cooperação, o único branco do ex-bureau político. Jacinto Veloso, porém, desmentiu presságios agourentos de racismo no seio do plenário. Firmou a sua posição e no Comité Central obteve o décimo lugar entre os 160 eleitos.

São os seguintes os membros da Comissão Política: Joaquim Chissano, Feliciano Gundana, Pascoal Mocumbi, ministro dos

Estrangeiros; Amando Guebuza, ministro dos Transportes; Mariano Matzinha, ministro da Segurança; Rafael Magumi, ministro da Informação; Aguiar Mazula, ministro da Administração Estatal; Alberto Joaquim Chipande, ministro da Defesa (o único militar a ocupar cargos políticos); José Mateus Kathupa, ministro da Cultura; Bonifácio Gruveta, Jacinto Soares Veloso, ministro da Cooperação; Alcido Duarte Nguenha, Eneias da Conceição Comiche, ministro das Finanças e Joaquim Mulembwe, procurador-geral da República e secretário do Comité de Verificação.

É cedo ainda para fazer uma análise séria sobre o tipo de sensibilidades nascentes no interior desta Frelimo n.º 3.

A metodologia democrática que foi adoptada no Congresso, e para o reforço da qual apelou Joaquim Chissano no discurso de abertura, vai contribuir para alinhamentos futuros. Por enquanto ainda estamos em presença de uma Frelimo muito respeitadora do «pai Chissano».

Digno de registo foi o facto de, por exemplo, os 11 membros mais votados para o Comité Central, haverem sido eleitos para a Comissão Política, com excepção de Graça Machel, viúva do Presidente Samora, que obteve o terceiro ou quarto lugar, com 46,8 por cento dos votos, os mesmos que Guebuza, só superada por Aguiar Mazula, com 46,95 e Feliciano Gundana, com 47,10.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 19 AGOSTO 1991

Gatunos queimados vivos em bairro pobre de Maputo

Três gatunos surpreendidos quinta-feira em flagrante delito num bairro pobre de Maputo foram queimados vivos pela multidão em fúria, principal vítima do aumento da criminalidade.

Os delinquentes foram primeiro detectados e detidos por milicianos de serviço na área, que depois se viram coagidos a entregá-los aos populares, revoltados pelos assaltos e crimes frequentes naquele bairro.

Depois de espancados, os ladrões foram rapados com gasolina e queimados

vivos sem que os agentes da autoridade tivessem podido impedir a acção dos populares.

Casos idênticos têm sido registados ultimamente na capital moçambicana, onde os índices de criminalidade cresceram em flecha nos últimos meses, tanto em número como em violência.

Segundo as últimas estatísticas da Polícia, a cidade de Maputo registou no primeiro semestre deste ano 4.512 crimes de natureza diversa, mais 794 do que em igual período de 1990.

Equilíbrio regional atrai Frelimo

EXPRESSO, SÁBADO 31 DE AGOSTO DE 1991

**Fernando Lima
em Maputo**

O REALINHAMENTO regional acabou por constituir a nota dominante do VI Congresso da Frelimo, reunido em Maputo durante as últimas três semanas e destinado a adaptar o partido no poder em Moçambique aos desafios do multipartidarismo.

Chissano obteve facilmente a sua consagração como Presidente incontestado do partido, mas não conseguiu impor totalmente o seu desejo de qualidade e renovação que preconizava para as estruturas de direcção política e executiva da Frelimo.

A composição da nova comissão política, alargada de 12 para 15 elementos, foi largamente disputada em função dos equilíbrios regionais, sendo constituída por 50 por cento de elementos do Centro e Norte de Moçambique.

As formações políticas de oposição criticam a Frelimo e o seu governo por terem vindo a ser dominados desde a independência por personalidades do Sul do país, o que, na sua perspectiva, afecta o desenvolvimento nacional. Nestes termos, é referido o facto de a Renamo ter a sua base principal de apoio no Centro do país e os núcleos fundadores dos novos partidos terem como vertente aglutinadora o Centro e Norte de Moçambique.

O elemento renovação acabou por ser condicionado ao factor região, apenas saindo do anterior «bureau» político os «históricos» Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo e o primeiro-ministro, Mário Machungo.

A factura do FMI

O coordenador do Executivo acabou por pagar a factura das impopulares medidas económicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, sendo relegado para um modesto 38º lugar na votação para o Comité Central, efectuada pelos 700 delegados ao congresso.

Outra vítima dos rigores do «ajustamento estrutural» foi o reitor da Universidade, Narciso de Matos, uma das grandes apostas do Presi-

dente Joaquim Chissano para a nova comissão política. Na semana de abertura do congresso, as propinas universitárias foram aumentadas, por disciplina, em 10.400 por cento, um erro fatal para políticos ainda pouco habituados ao multipartidarismo e à liberdade de imprensa. Sérgio Vieira, um dos principais intelectuais de formação marxista da Frelimo, nem sequer conseguiu arrecadar o número suficiente de votos para garantir um dos 160 lugares no comité central.

Como novidades salientes na direcção política do partido no poder, a presença de Aguiar Mazula, natural do Niassa e conotado com posições próximas da igreja católica e Mateus Katupha, o jovem ministro da Cultura, oriundo da mais numerosa etnia moçambicana.

Armando Guebuza, o chefe da delegação governamental às conversações com a Renamo, e o ministro dos Exteriores, Pascoal Mocumbi, viram a sua popularidade plebiscitada pelo congresso, o que se pode traduzir a médio prazo na ascensão de um deles ao cargo de primeiro-ministro.

Graça Machel, a viúva do Presidente Samora Machel, identificada por muitos sectores como «o legado socialista e revolucionário» na Frelimo, calou os seus detractores ao classificar-se na terceira posição do comité central, exactamente com o mesmo número de votos alcançado por Guebuza.

Socialismo: um compromisso

De qualquer forma, a proclamação da Frelimo como partido do «socialismo democrático» é vista por muitos delegados ao congresso mais como voto de coerência em relação ao passado do que um firme posicionamento ideológico. «O que significa socialismo neste momento?», interrogava o interrogador do EXPRESSO, comentando a opção partidária. A definição alimentou, no entanto, muitos dos debates à porta fechada, argumentando os opositores com uma «definição mais consentânea com a realidade moçambicana», uma das frases-chaves durante o congresso.

O documento de fundo da reunião, no capítulo económico, dedicou grande ênfase ao lançamento da economia de mercado e à privatização das empresas controladas pelo Estado, ignorando em larga medida o impacto social do programa de reabilitação económica, traduzido na crescente pauperização da população e no surto grevista que abalou os principais centros urbanos moçambicanos em 1989/90.

O relatório denuncia a corrupção aos mais diversos níveis, mas o congresso não chegou a apontar o dedo a ninguém, acabando por serem eleitos pacificamente vários elementos habitualmente referenciados como estando envolvidos em operações ilícitas. Um membro do comité central disse ao EXPRESSO ser «irrealista» um tal debate neste momento, referindo que o «arrumar da casa» só poderá ser feito seriamente quando acabar a guerra.

Como reflexo da separação entre o partido e o Estado preconizada pela Constituição de 1990, os oficiais do Exército no activo deixaram de pertencer às estruturas dirigentes da Frelimo.

A oposição e os magistrados judiciais, contactados pelo EXPRESSO, defendem que idêntico procedimento se deve aplicar ao Procurador-Geral da República, Eduardo Malembwe, eleito para a comissão política e secretário do comité de verificação do partido governamental.

Analistas políticos referem que o desafio mais importante que se coloca ao partido no poder é o seu controlo efectivo sobre o Governo, aparelho que gradualmente se tem vindo a constituir num centro de decisão independente, embora controlado pelo Presidente Chissano. No entanto, os mesmos analistas defendem a necessidade de aos olhos da opinião pública e dos militantes de base ser importante um claro afastamento, uma vez que, em termos eleitorais, será sempre mais conveniente colar ao Governo a factura de impopularidade decorrente da grave crise económica em que o país se encontra mergulhado.

1 de Setembro de 1991



MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS

INSTITUTO PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA

AVISO

LEGISLAÇÃO MOÇAMBICANA

Avisam-se todos os eventuais interessados de que será dentro em breve publicada na República de Moçambique legislação destinada a regular os casos e condições em que poderá ser efectuada a desintervenção das empresas intervencionadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/75, de 13 de Fevereiro, bem como a restituição aos respectivos proprietários das acções ao portador depositadas por força do Decreto-Lei n.º 19/77, de 28 de Abril.

— DESINTERVENÇÃO

Só é permitida nos casos em que a intervenção não tenha sido determinada por motivos de abandono ou sabotagem económica (cfr art.º 1.º e 13.º do D.L. n.º 16/75).

O pedido de desintervenção deverá ser apresentado no **prazo de três meses** a contar da **data formal de publicação** da legislação ora promulgada, e acompanhado de proposta de retoma de actividades e medidas a tomar.

Caso aquele pedido não seja apresentado no referido prazo, a empresa considerar-se-á abandonada e poderá reverter para o Estado, havendo então lugar a uma indemnização da qual será porém excluído o valor dos bens imóveis respectivos.

— ACÇÕES AO PORTADOR

Os títulos das acções ao portador depositadas por força do D.L. n.º 19/77, de 28 de Abril, poderão ser restituídos aos seus proprietários, desde que reclamados mediante prova documental da respectiva titularidade e do depósito no **prazo de seis meses** a contar da **data formal de publicação** da legislação ora promulgada.

As acções não reclamadas no prazo fixado, bem como as acções representativas do capital de sociedades extintas cujo património haja revertido para o Estado e aquelas que tenham sido consideradas abandonadas nos termos da Lei n.º 3/91, de 9 de Janeiro, são declaradas perdidas a favor do Estado.

Para mais informações, designadamente sobre os textos integrais da legislação a que acima se alude, os interessados deverão dirigir-se ao Instituto para a Cooperação Económica — Avenida da Liberdade, 192-2.º, em Lisboa (Telefone: 01-3562031).

Lisboa, 30 de Agosto de 1991

RENAMO SEM PRESSA EM PÔR TERMO À GUERRA

Espingardas automáticas contra arcos e setas e lanças contra granadas de mão. Apesar disto, habitantes da província de Nampula conseguiram fazer frente a guerrilheiros da RENAMO, no fim do passado mês de Julho. Pagaram com a vida a sua coragem. Os rebeldes, que perderam alguns homens na luta, conquistaram as localidades e executaram sumariamente os responsáveis.

E com este tipo de homens que o presidente Joaquim Chissano tem de negociar para estabelecer a paz em Moçambique. Discutir com a Resistência Nacional Moçambicana é muito melhor do que lutar contra eles, como Chissano pôde verificar.

A sétima ronda de conversações devia ter recomeçado ainda este mês de Agosto. A sexta ronda decorreu em Maio passado e perderam-se três semanas com questões de somenos importância. Depois de algumas semanas perdidas nessas dis-

cussões estereis, os rebeldes chegaram à conclusão de que necessitavam de mais algum tempo para «refletir».

Chissano procura afastar qualquer problema nas negociações e tenta prever as barreiras que a RENAMO possa levantar na mesa das negociações. Três dessas barreiras foram eliminadas pelo parlamento moçambicano, graças aos diligentes esforços do presidente, desejoso de acelerar a transição para a democracia.

O primeiro desses passos foi tomar mais fácil a formação de novos partidos políticos. Entre as alterações introduzidas pelo parlamento contam-se a abolição do sistema de partido único e a eliminação do marxismo como teoria guiadora do estado. Em Maio, o Partido Liberal e Democrático realizou o seu primeiro congresso, escolheu os seus líderes e estabeleceu a sua plataforma política.

Depois de ver o que foi preciso para a formação deste partido,



Guerrilheiros da RENAMO: com eles, é melhor discutir do que lutar

Chissano, através de novas leis, tornou ainda mais fácil a criação de novos partidos. Agora basta ter 100 membros em cada uma das onze províncias de Moçambique para se poder criar um partido. Esta decisão limitou as exigências da RENAMO sobre reformas políticas.

Por outro lado, a RENAMO asseverou em Roma que não poderá fazer ouvir a sua mensa-

ge, à população moçambicana, porque a FRELIMO controla todos os meios de comunicação social, além de continuarem a existir as velhas regras de autocensura. Chissano agiu de imediato e levou o parlamento a aprovar uma lei sobre a liberdade de imprensa, permitindo aos privados a posse de meios de comunicação. Também anulou as leis que concediam aos minis-

tros e outros altos funcionários a deter os jornalistas sem culpa formada e obrigavam os repórteres a revelar as suas fontes de informação.

A terceira medida do presidente Chissano no caminho para a democracia foi a redução dos poderes da polícia secreta. A temida SNASP passou a ter um novo nome e um novo código de conduta e a polícia secreta

agora dedice apenas a colher informações e à contra-espionagem. Deixou de ter poderes para prender, julgar e deter suspeitos nos campos de reeducação marxistas.

As novas leis eliminam esses poderes locais e colocam o serviço na dependência de civis e não de nomeados pelo partido.

Estas decisões eliminam as razões de luta da RENAMO, mas não põem termo à guerra civil. Com o desaparecimento da assistência militar soviética, Moçambique depende hoje de três países para refazer o seu exército. O primeiro é o Zimbábue que mantém cerca de sete mil homens no país, para proteger o caminho de ferro Beira-Umtali, o segundo são os Estados Unidos, que estão a treinar oficiais e técnicos moçambicanos, e o terceiro é a Grã-Bretanha, que mantém um campo de treino militar no Zimbábue para militares moçambicanos.

Apesar destas ajudas, o exército, como Chissano e o resto da população, está cansado de lutar. Dezasseis anos de guerra civil já custaram ao país quase um milhão de vidas e mais de três milhões de desalojados. A economia atingiu o fundo do poço. Estas são as principais razões que têm levado o presidente Joaquim Chissano a fazer tudo para eliminar o que possa impedir a realização de uma paz negociada com a RENAMO, mas como afirmou um dirigente rebelde em Roma, «a Resistência não tem pressa».

Impasse em Moçambique

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 DE SETEMBRO DE 1991

TEM sido notória a preocupação da Renamo em fazer arrastar o mais possível o processo de negociação de paz para Moçambique. Com efeito, é sempre da sua delegação que partem os pedidos de interrupção do diálogo e os pretextos para pausas mais ou menos dilatadas. Desta vez o pretexto invocado foi o facto de pretender reflectir sobre as conclusões do VI Congresso da Frelimo, realizado entre 12 e 23 de Agosto.

Mas se, de alguma forma, esta justificação ainda merece uma certa credibilidade, já o mesmo se não poderá dizer da insólita proposta que, simultaneamente, avançou no sentido da realização de uma conferência dos países da África Austral para debaterem a paz em Moçambique.

Segundo o porta-voz da organização em Lisboa, a iniciativa terá partido do próprio Dlakhama e pretende que somente depois de efectuada esta conferência — em que, obviamente, a Renamo também deseja participar — deverão prosseguir, em Roma, as conversações que aí têm estado a efectuar-se.

Esta proposta do líder da resistência armada moçambicana é, no mínimo, bizarra e o Governo de Moçambique já sobre ela tomou posição. Muito embora, até ao momento, a Frelimo pareça ainda não ter sido directamente informada, pelo seu opositor, desta pretensão, o partido no Poder em Maputo, pela voz do chefe da equipa negocial, Armando Guebuza, lamentou já a proposta e classifica-a de «mais uma manobra dilatória».

Com efeito, não há, à primeira vista, nada que realmente justifique a realização de uma conferência como aquela que a Renamo reclama, a começar pelo facto de nenhuma das duas partes parecer ter razões de queixa da mediação. A delegação da Frelimo já o declarou expressamente; e, por seu lado, ao sublinhar que, após a realização da cimeira, o processo de paz será retomado em Roma, a Renamo dá também a entender que não pretende desligar-se dos mediadores de Santo Egídio, reconhecendo, implicitamente, a validade da sua actuação.

Não será fácil a tarefa de mobilizar os países da África Austral para a realização da pretendida conferência. De uma maneira ou de outra, todos têm, neste momento, as suas próprias questões internas a resolver e que lhes absorverão as atenções. Depois, num processo destes, há sempre pormenores que se levantam e que, parecendo de somenos importância, acabam sempre por levar a um arrastar de diligências e contactos. A ir por diante o desejo manifestado por Afonso Dlakhama, haverá um substancial atraso no processo de negociações em curso em Roma. Compreende-se, assim, que Guebuza não tenha hesitado em classificar a proposta agora avançada pela Renamo (aliás, pouco clara nos exactos objectivos) como «mais uma manobra dilatória». Não há dúvida de que

a resistência moçambicana sente que não está minimamente organizada e preparada para nestes tempos mais próximos poder passar da guerrilha armada à luta no campo político. Não possui quadros e a sua estrutura partidária será pouco mais do que incipiente — como o documentário realizado pela RTP e recentemente passado no pequeno ecrã claramente deu a entender a quantos o viram. Por todas estas razões, compreende-se que a Renamo não esteja disposta a entrar, tão cedo quanto Chissano procura que o faça, num confronto de outro tipo que não o da luta no mato. Só assim se entende este jogo de pseudo-avanços e efectivos recuos a que tem vindo a entregar-se e de que esta nova interrupção nas conversações, ao que tudo indica por tempo indeterminado se a proposta quanto à conferência alargada prevalecer, conduzirá.

Por sua vez, e isso foi notório no recente Congresso há dias terminado, a Frelimo prepara-se para os dias que se avizinham. Assim, enquanto desde os tempos de Eduardo Mondlane e, depois, de Samora Machel os seus dirigentes eram predominantemente do Sul, os agora eleitos pertencem já, em larga percentagem, ao Centro e Norte do país. Mais ainda: entre os 15 membros da Comissão Política surgem, pela primeira vez, também mulheres.

Como se sabe, a última ronda de negociações para a paz decorreu entre 1 e 19 de Agosto, tendo a mediação submetido à consideração das duas partes três documentos compreendendo todos os problemas políticos levantados a partir da agenda da sétima ronda. Na altura, a mediação italiana pediu ao Governo moçambicano e à Renamo que procedessem ao exame do conjunto das propostas e marcou para Setembro, ainda sem data exacta, a oitava ronda das negociações. O que não parece muito viável, caso Dlakhama insista na realização da cimeira que propôs. Enquanto isto, a situação interna em Moçambique continua a degradar-se, a resistência não abranda nos seus ataques a localidades, as populações permanecem entregues a um quotidiano feito de incertezas e carências de toda a ordem e, economicamente, o país mergulha no caos mais completo. Só a paz poderá abrir caminho à desejada recuperação. Mas a quem interessará ela, de facto?

MISSÃO DA ANJE FOI BEM SUCEDIDA

MOÇAMBIQUE NA MIRA DOS JOVENS EMPRESÁRIOS

A missão da Associação Nacional de Jovens Empresários Portugueses (ANJE) em Maputo foi «com por cento positiva» e pode ter aberto «algumas portas» à instalação de empresários em Moçambique, disse ontem Paulo Barros Vale, presidente do ANJE.

Segundo aquele responsável, os resultados da iniciativa mostram que «vale a pena apostar nos PALOP».

O responsável associativo revelou que fará chegar ao Governo português aqueles resultados, acrescentando existirem «hipóteses de acção» da ANJE em Moçambique ao nível da formação profissional e da criação de apoios para facilitar a instalação de empresas no território africano.

Para Paulo Vale, a política externa de Portugal em relação aos países africanos de língua portuguesa tem «falta de dinamismo, dimensão e profundidade».

«O aumento da política de cooperação portuguesa com África é uma questão estraté-

gica que o Governo não pode esquecer», disse o presidente da ANJE, sublinhando a necessidade de Portugal «garantir um papel activo» no futuro dos PALOP.

Em jeito de balanço da missão a Maputo, os jovens empresários afirmaram que existe «um forte diferencial entre vontade e investimento real» devido a factores como a guerra em Moçambique, as dificuldades burocráticas e de financiamentos e a elevada carga fiscal.

Para além de referirem como objectivos da deslocação a Maputo as prospecções, «primeiros contactos» e «observações do mercado», os empresários portugueses levam contudo na bagagem alguns contratos e «boas perspectivas» de negócios.

Desde a quase certa montagem em Moçambique de uma marca de motociclos portuguesa até à formação profissional em informática de deficientes em instituições estatais, os jovens empresá-

rios moveram-se por diversos campos de actuação com primazia para o sector informático, de mobiliário de escritório e dos serviços.

De acordo com a generalidade dos 20 jovens integrantes da missão empresarial, Moçambique «poderá ser um bom mercado em termos de indústria», mas os «estragulamentos são muitos e preocupantes».

Todos partem do princípio de que uma eventual aposta no território moçambicano terá de partir de uma «joint venture» com um empresário local, mas para muitos dos jovens empresários portugueses, os seus homólogos africanos, apesar de «quererem e poderem» investir, «não sabem como, nem quando, nem onde».

«É um país que precisa de tudo e é por isso um potencial mercado», disse um dos componentes da missão adiantando pensar que os moçambicanos, mesmo ao mais alto nível, «não sabem muito bem o que querem».

Uma das ideias comuns às duas dezenas de jovens empresários e a necessidade de um papel «mais interventor» de Portugal em termos de política externa.

«Se não for feita alguma coisa, a relação que existe entre os dois países vai morrer», adiantou um dos empresários para quem a sua geração «tem grandes responsabilidades» nesta matéria.

«É preciso que o Governo português apoie Moçambique, não só com palavras mas com dinheiro», referem os jovens empresários.

A missão da ANJE, que ontem terminou, encontrou-se durante seis dias com vários membros do Governo moçambicano e instituições estatais, para além de dezenas de reuniões particulares de negócios.

Fonte da associação revelou que os jovens empresários vão realizar, ainda este ano, duas novas missões a Angola e Cabo Verde.

EXPRESSO, SÁBADO 31 DE AGOSTO DE 1991

Moçambique facilita investimento

UMA missão da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), em visita à Feira Agro-Industrial (FACIM) que decorre no Maputo, obteve, da parte das autoridades moçambicanas, a promessa que as mudanças legislativas em curso vão reduzir a «carga burocrática» necessária à instalação de empresas. Para já, foi abolida a norma que obrigava os empresários à solicitação de uma autorização ao ministro da Indústria para criar uma empresa. O certame foi, também, visitado pelo ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, que teve a oportunidade, durante a visita oficial de três dias, de inaugurar, no Maputo, os escritórios do Banco de Fomento Exterior. A FACIM contou com a maior participação de sempre de empresas portuguesas.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

19 AGOSTO 1991

Crise alimentar ameaça província de Sofala

A província de Sofala, região central de Moçambique, está a enfrentar uma grave crise alimentar que poderá agravar-se drasticamente a partir de Setembro, disse na Beira o director provincial do Comércio, Calisto José Nhoana.

O porta-voz oficial, que coordena o abastecimento na região central de Moçambique, disse que as quantidades de cereais actualmente existentes nos armazéns de Sofala são insuficientes para abastecer o mercado local até ao

fim do ano.

Calisto José Nhoana disse que o fornecimento de trigo à rede comercial da província já foi reduzido para 50 por cento da distribuição no início do ano, sendo certo que mesmo assim irá registar-se uma crise de stocks.

Aquele dirigente moçambicano disse ainda que, apesar de 60 por cento dos 1.900 estabelecimentos comerciais da região terem sido destruídos pela guerra, a rede de distribuição está activa mas nada tem para distribuir.

Celestino da Costa alvo de suspeitas em S. Tomé

A CONSTRUÇÃO de 50 casas em São Tomé, quando Celestino da Costa era primeiro-ministro, suscitou dúvidas da parte do Governo actual. Um processo que passou pelo parlamento, por ser necessária autorização para que o (actualmente) deputado prestasse declarações ao Ministério Público. E cumpridas essas formalidades assim aconteceu durante duas horas.

O ex-primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Celestino da Costa, é considerado "suspeito" de envolvimento em negócios "pouco claros", consta de um comunicado divulgado à imprensa pelo actual Executivo são-tomense. Sob suspeita está também o antigo ministro do Equipamento Social e do Ambiente, Carlos Ferreira.

Em causa, 13,08 milhões de dólares, atribuídos pelo Banco Mundial, usados na construção de 150 casas prefabricadas — das quais 50 foram construídas, na zona de Santo António, nas imediações da cidade de São Tomé —, para solucionar o problema habitacional de vários quadros nacionais e de membros do aparelho de Estado que vivem em residências familiares.

O actual Executivo, dirigido por Daniel Dajo, sustenta que as referidas casas, anunciadas inicialmente como um donativo



Celestino da Costa

do Governo de Itália, foram "colocadas em São Tomé e Príncipe depois de um processo comercial pouco transparente, que excluiu o próprio Ministério da Economia e Finanças".

Na versão dos antigos dirigentes, as habitações teriam sido oferecidas. Todavia, o Banco Mundial viria a solicitar esclarecimentos sobre o investimento feito, dado ter sido acordado entre a instituição e as autoridades são-tomenses um programa de reabilitação económica que impedia a iniciativa de qualquer investimento sem passar previamente pelo banco.

Celestino da Costa viu-se

mesmo forçado a deslocar-se a Washington para explicar, junto dos responsáveis da instituição, as vantagens da importação das casas à firma italiana Technol Systems. O Banco Mundial limitaria-se, porém, a suspender os créditos a São Tomé, ficando a aguardar uma explicação plausível para o gasto.

A Technol Systems — que, segundo a imprensa ocidental, foi expulsa de Moçambique — é acusada de ser uma das empresas que tem acordado negócios ruinosos com vários países do Terceiro Mundo, tirando partido da sua débil situação económica. Um desses negócios terá sido

a construção do Hotel Sheraton, na Guiné-Bissau, no valor de cerca de seis milhões de dólares, em cujo interior choveu logo no dia da inauguração.

Entretanto, Celestino da Costa foi ontem notificado pelo Ministério Público para prestar declarações no âmbito do processo.

Solicitado a comentar o sucedido, o antigo ministro da Habitação, Carlos Pereira, remeteu para o seu advogado, limitando-se a declarar ao PÚBLICO não ser sua intenção partir para o estrangeiro. "Aqui nasci, é aqui a minha terra", disse. ■

Manuel Dado, em São Tomé

Tribunal são-tomense julga ex-governante

□ CELESTINO da Costa, ex-primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, foi chamado a depor acerca de uma transacção fraudulenta de 150 casas prefabricadas fornecidas por uma empresa italiana ao Governo são-tomense. De acordo com a Imprensa local, estas casas, num valor de 13 milhões de dólares, deveriam ter sido montadas na cidade de Santo António, mas foram-no na capital, na sequência de negociações «pouco claras».

Miguel Trovoada, Presidente de São Tomé e Príncipe, foi recebido ontem no Palácio de Belém pelo Presidente da República, Mário Soares, numa audiência onde foram debatidos aspectos bilaterais, informou uma fonte da Presidência. Miguel Trovoada, que se encontra em Lisboa em trânsito, procedente de Paris, onde gozou um curto período de férias, foi recebido durante cerca de hora e meia por Mário Soares, numa reunião a pedido do Presidente são-tomense.

MIGUEL TROVOADA EM BELÉM — O Presidente de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, foi ontem recebido no Palácio de Belém pelo Presidente da República, Mário Soares, numa audiência onde foram debatidos aspectos bilaterais, segundo uma fonte da Presidência. Miguel Trovoada, que se encontra em Lisboa em trânsito, procedente de Paris, onde efectuou um curto período de férias, foi recebido durante cerca de hora e meia por Mário Soares, numa reunião a pedido do Presidente são-tomense.

30.8.1991 O JORNAL

Cooperação

São Tomé e Príncipe prepara eleições autárquicas

O Governo de São Tomé e Príncipe quer efectuar eleições autárquicas, até ao final deste ano. Portugal está a dar uma ajuda

Vitor Ribeiro

DOIS altos funcionários do Ministério do Planeamento e da Administração do Território acabam de regressar de São Tomé e Príncipe, onde recolheram elementos para a elaboração de um projecto de lei quadro das autarquias locais, a pedido das autoridades daquele país.

A iniciativa integra-se na actividade desenvolvida pela Comissão Mista Luso-São-Tomense, em cujo plano de acção se prevê a aplicação de medidas de cooperação em diversos domínios entre os dois países.

No caso do referido projecto de lei, a participação portuguesa resultou de contactos posteriores efectuados pelo ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública de São Tomé e Príncipe junto da

secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Nunes Liberato.

«As estruturas autárquicas existentes estavam, naturalmente, adaptadas ao regime de partido único. Trata-se, portanto, de elaborar um novo estatuto para as autarquias, designadamente no que se refere às atribuições e competências, à composição e funcionamento dos diversos órgãos, aos mecanismos de tutela, às finanças locais, etc.», disse a «O Jornal» Pedroso de Almeida, director-geral da Administração Autárquica, que coordenou os trabalhos e nos quais participou também Pereira Reis, chefe de gabinete do secretário de Estado Nunes Liberato.

Alguma prudência

As autoridades São-Tomenses, por sua vez, constituíram já uma comissão interministerial, que elaborará um projecto de lei eleitoral adaptado à nova situação de pluripartidarismo.

Ainda segundo os peritos portugueses, a escassez de meios humanos, técnicos e financeiros permite antever al-

guma prudência no elenco das responsabilidades que serão cometidas às autarquias, tendo em conta a dimensão demográfica e territorial do país. Recordamos que São Tomé e Príncipe tem cerca de 120 mil habitantes.

Outro objectivo proposto relaciona-se com o estreitamento da ligação entre eleitos e eleitores, sugerindo-se a criação de círculos eleitorais mais pequenos e viabilizando-se a apresentação de candidaturas independentes.

O relatório da missão portuguesa deverá, por outro lado, privilegiar o associativismo inter-autarquias, como forma de assegurar uma maior eficiência da gestão autárquica, a qual se articulará com uma estrutura própria, a criar a nível central, vocacionada para o relacionamento com as autarquias locais.

Grande empenhamento

Ainda segundo Pedroso de Almeida, uma delegação santomense visitará o nosso País, no próximo mês de Outubro, para tomar contacto directo com a experiência autárquica portuguesa e participar em eventuais acções de formação.

Sanctions: When and if they should go



Debates on sanctions have intensified more than any other time before since the scrapping of the Comprehensive Anti-Apartheid Act by the Bush Administration. MZIMKULU MALUNGA approached entrepreneurs for their views on this sensitive issue ...

DIFFERENCES as to whether sanctions against South Africa should be lifted have not been confined to political organisations and mainstream businessmen only. There appear to be mixed feelings on this issue among small business personalities as well.

While many of them broadly agree that there should be targeted investment to enable the small entrepreneur to break into the economic core of the country if sanctions are to be lifted, the point being hotly debated is the timing.

Some, like the director of the Centre for the Development of Human Resources, George Negota, believe that the political agenda of the time should dictate the phasing-out of sanctions; others, such as the managing director of BKM Insurance Brokers, Tom Boya, argue that sanctions have played their part.

Inheriting ruins "Though I am very much aware that the government of this country is still in wrong hands, it will be very detrimental to whichever government takes over to inherit ruins. With the lifting of sanctions we expect steady growth in this country," says Boya.

Boya's point is disputed by Negota who argues: "While we recognise that South Africa is changing, we have to bear in mind that institutions of power-sharing and the infrastructure towards the attainment of this are not yet in place.

"To many white people what I am saying may sound like playing an old record,

but if we have to be serious about our daily business, we must take into consideration that the road ahead is still full of thorns, the removal of which will depend on the faith displayed by the National Party government," he adds.

International help Negota challenges advocates of unilateral lifting of sanctions to put more pressure on the government not to drag its feet on reform, while Boya argues that in order to address the existing disparities in South

African society, the international community must be drawn in.

"In many companies you still see whites and very few blacks. Without international help the black man is doomed in business. The question of the international community helping to empower black people in South Africa is long overdue."

Even if sanctions are lifted, continues Negota, the average small businessman will still be at a disadvantage because of his lack of skills.

Which way will the IMF turn?

WHILE South Africa's access to loans provided by the International Monetary Fund and the World Bank remains closed, economists have started debating the role these institutions will play in the future economy.

Some like Ben Turok, director, Institute For African Alternatives (IFAA) are amazed by the excitement generated in the media when an IMF delegation visited this country this month because of what he describes as the bad reputation built by both the Bank and the Fund throughout the developing world particularly in the African continent.

Through their Structural Adjustment Programme (SAP) policies of the IMF and World Bank, widely known as "harsh medicine", according to Turok, African recipient countries' standards of living have continued to decline, while massive unemployment coupled with large scale poverty intensified.

However, the editor of *Executive* magazine, Kevin Davie argues that if maximum caution is exercised IMF and the Bank's funds could be helpful for South Africa. "With our eyes wide open and with prudent management IMF finance can be useful. The same applies to the World Bank."

"We need one plan. It should encourage growth and redistribution. All policy must be measured against these goals. Finance should in the first case be domestically sourced and be geared to maximum involvement of private funds. The government's main role is that of a facilitator. Foreign finance is also important but prudence is the key. We do not want IMF and World Bank to take over the management of our economy" adds Davie.

- Mzimkulu Malunga

OS TRÊS «GRANDES» CHEGAM A ACORDO

*** Assinatura de Convenção de Paz
marcada para 14 de Setembro**

O Governo sul-africano, o Congresso Nacional Africano e o movimento zulu Inkatha vão assinar no próximo dia 14 de Setembro um Acordo de Paz constituído por cinco pontos, destinado a pôr fim à violência política na África do Sul.

O anúncio foi feito no final de um encontro entre as três partes, realizado a semana passada em Sandton, nos arredores de Joanesburgo, reunião essa que foi patrocinada pelo Grupo para a Iniciativa Nacional de Paz (GINP).

Este movimento, composto por entidades religiosas e por empresários, tenta encontrar uma solução para acabar com a violência no País, que aumentou particularmente no último ano nas cidades negras dos arredores de Joanesburgo e que opõe simpatizantes do ANC aos do Inkatha.

O texto do acordo deve ser assinado a 14 de Setembro, data em que está prevista a realização de uma «Convenção de Paz» em Joanesburgo com a participação das três partes e ainda de «outros partidos políticos e organizações».

Observadores consideram que qualquer que seja a eficácia do acordo, o resultado atingido a semana passada é de «grande importância», pois foi a primeira vez que o Governo, ANC e Inkatha chegaram a uma plataforma de entendimento para terminar com o derramamento de sangue, que já fez mais de 2.000 mortos durante os últimos 12 meses.

O texto representa «uma base larga sobre a qual assentará a paz na África do Sul», refere um comunicado divulgado pelo GINP.

Um código de conduta para os partidos políticos, outro para as forças da ordem (Policia), propostas para lutar contra os problemas sócio-económicos que estão na origem da violência, criar mecanismos de forma a controlar o respeito do acordo pelas partes e, por último, definir as etapas seguintes do processo de paz.

Segundo os analistas políticos, o acordo definirá, em linhas gerais, a criação de um «secretariado multipartidário para a paz», que deverá acompanhar a comissão judicial proposta pelo presidente sul-africano, FW de Klerk, para investigar a violência política.

Um outro organismo, integrando a Igreja, empregados e políticos, deverá dar assistência ao bom andamento do processo de paz e poderá servir de base para as negociações multipartidárias destinadas à elaboração de uma nova Constituição.

Planos do ANC para assassinar Buthelezi levou Inkatha a treinar guarda-costas de elite

As alegações de que uma unidade especial paramilitar do Inkatha foi treinada pela Polícia, para se transformar num «esquadrão da morte» contra o ANC e seus aliados, foram negadas pelo ministro-chefe do KwaZulu, Mangosuthu Buthelezi.

Numa declaração, Buthelezi disse que os 150 jovens zulus a quem o presidente De Klerk se referiu no dia 30 de Julho foram seleccionados pela Polícia do KwaZulu (KZP) para treino de protecção «VIP», de autoridades, edifícios e propriedades do Governo do KwaZulu.

Ele disse que pensava que os 150 homens haviam sido treinados por uma firma de segurança particular, mas a SADF confirmou

na última semana que os «inkathas» foram treinados em Caprivi, na Namíbia.

O líder do IFP também negou as alegações de que a base de treino localizada em Mkuze, na Zululândia, tenha sido utilizada como ponto de «concentração

dos esquadrões da morte.

A base em Mkuze foi usada para abrigar os 150 jovens porque os alojamentos da Polícia estavam todos lotados, disse Buthelezi.

O líder zulu disse que uma grande intensificação

das actividades revolucionárias do ANC em 1985, e o facto de que o Inkatha ter recebido informação de que o ANC estava a planejar o seu assassinato (de Buthelezi), levaram à decisão de treinar os «guarda-costas» de elite.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

19 AGOSTO 1991

Intolerância política é a raiz da violência — conclusão de pesquisa efectuada pela Universidade de Stellenbosch

O SÉCULO DE JOANESBURGO

19 AGOSTO 1991

1.º juiz de cor

Ismail Mahomed, de Joanesburgo, tornou-se o primeiro juiz de cor na África do Sul, ao iniciar os seus trabalhos como magistrado da Divisão Provincial do Transvaal do Tribunal Supremo, a semana passada.

O juiz Mahomed continuará a servir entretanto, em posto secundário, como juiz dos Tribunais Supremos do Lesotho, da Suazilândia e da Namíbia.

O Inkatha/Partido da Liberdade é o grupo menos apreciado pelos negros sul-africanos, enquanto o ANC é o grupo menos apreciado pelos brancos do País, segundo revela uma pesquisa conduzida por uma catedrática da Universidade de Stellenbosch.

Em segunda posição entre os menos apreciados grupos políticos está o AWB. Tanto negros como brancos entrevistados na pesquisa revelaram-se mais ou menos a sua rejeição ao AWB — 25,7 por cento dos brancos e 24,4 por cento dos negros.

A pesquisa, publicada no «Relatório Sobre o Estado da Nação», dos jornais Vrye Weekblad e Sowetan, indi-

ca que a intolerância política, intensa e espalhada por todo o País, está na causa radical da maior parte da violência na África do Sul.

Entre os 270 brancos entrevistados, das áreas metropolitanas do Cabo e de Durban, e de Pietersburg, 49,4 por cento disseram que definitivamente não permitirão que membros do ANC façam uma demonstração política nas suas cidades, enquanto 36 por cento referiram que o ANC deve ser banido.

A maioria dos negros entrevistados afirmou-se contra as petições veiculadas pelo Inkatha nas «townships», criticando outros grupos políticos nas vizinhanças. Cerca de me-

tade dos questionados disse que não permitiria que membros do Inkatha ensinassem em universidades.

A professora universitária de Stellenbosch que conduziu a pesquisa, Armande Gouws, disse que os resultados do estudo mostram «o quão espalhada e intensa é a intolerância política».

Ela afirmou que todos os grupos políticos são actores importantes do processo político, e a intolerância para com cada um deles significa intolerância para com uma grande parte da população.

«Enquanto a África do Sul não for capaz de controlar a intolerância política, a violência continuará a ser comum no país», concluiu Gouws.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 19 AGOSTO 1991

Ala militar do ANC quer comissão independente para analisar formação do novo Exército sul-africano

A ala militar do ANC, Umkhonto we Sizwe, terminou a sua primeira conferência nacional na África do Sul, segunda-feira passada, com um apelo ao «regime de Pretória» para que responda à suspensão da luta armada pelo ANC com um comprometimento formal a um cessar-fogo no País.

Numa nota emitida ao fim de sua primeira conferência legal dentro de solo sul-africano, o MK votou pelo estabelecimento de uma comissão independente para examinar como constituir um novo Exército sul-africano e controlar as diversas Forças de Seguran-

ça dentro do País, incluindo a SAP e a SADF, durante um período de transição para o pluralismo racial.

Três outras resoluções foram tomadas no termo da conferência:

- Um pedido unânime ao Executivo Nacional do ANC para que Chris Hani seja mantido como chefe da organização armada (depois de especulações de que Hani terá que desistir de sua posição para-militar para assumir em tempo integral a liderança do Partido Comunista);

- Uma expressão de grave preocupação sobre a recusa do «regime» em

libertar centenas de combatentes do MK que foram presos depois de capturados, julgados e condenados.

- Alinhamento com a posição do ANC de que as sanções devem ser mantidas até que todos os prisioneiros políticos tenham sido libertos e todos os exilados tenham regressado ao País.

Em aditamento, o MK apelou para que haja contactos «entre todas as forças de segurança e exércitos na África do Sul» comprometidos com o estabelecimento de uma democracia não racial.

Presentes na conferên-

cia, estiveram o major-general do Transkei, Bantu Holomisa e o brigadeiro Gabriel Ramushwana, do Venda, que falaram no primeiro dia do Encontro. Ambos favorecem a reincorporação dos seus territórios na África do Sul.

Enquanto pender o estabelecimento de uma nova Constituição e de uma nova Força de Defesa Sul-Africana — composta por membros do MK, guerrilheiros de organizações de libertação rivais, forças armadas dos bantustões e a actual SADF — o MK permanecerá intacto e «pronto para o combate», diz a resolução.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 19 AGOSTO 1991

Motivos políticos levam o Governo a não banir «exércitos privados»

O Governo sul-africano não está a considerar a proibição dos «exércitos privados» existentes no País

por causa das implicações políticas de tal medida restritiva.

Fontes do Governo referiram que este não pode agir contra grupos armados da direita sem que ao mesmo tempo tenha que tomar medidas contra o Umkhonto we Sizwe (MK). Por outro lado, Pretória não pode tomar medidas contra o MK sem que essas acabem por «torpedear» o frágil processo de negociações.

O ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, disse terça-feira passada que o Governo não está a considerar a proibição dos chamados «exércitos privados». Todavia, observou, poderão ser tomadas acções restritivas quanto às actividades dos grupos armados privados.

EXÉRCITOS PRIVADOS INCOMPATÍVEIS COM O CONCEITO DE DEMOCRACIA

O País «não precisa dos exércitos privados» porque tem as suas Forças de Segurança para manter a ordem, disse o ministro Vlok. É incompatível com o conceito de democracia que organizações políticas tenham exércitos privados, acrescentou.

O Governo acredita que deve persuadir os líderes políticos de que os exércitos privados são inaceitáveis, porque podem dar aos partidos políticos uma vantagem sobre outros grupos — é a opinião de Adriaan Vlok.

Secretário-geral do ANC falou ao PÚBLICO

“Os portugueses terão de ser em primeiro lugar sul-africanos”

Mansel Castro Moura,
em Johannesburg

O secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, disse ao PÚBLICO que os portugueses têm um papel muito importante na nova África do Sul, mas que devem lembrar-se de que em primeiro lugar são sul-africanos, tal como os zulus ou outros grupos étnicos.

O homem de 38 anos que hoje em dia detém o lugar de secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC) e em que alguns vêem já o herdeiro político de Nelson Mandela declarou-nos que o escândalo "Inkathgate", do mês passado, não causou danos de maior ao processo de negociações sobre o futuro da África do Sul. E que nesse futuro cabem os 800.000 portugueses actualmente ali residentes.

"Teria sido em detrimento do processo se o ANC não tivesse reagido com preocupação e de uma maneira responsável", alegou Cyril Ramaphosa, cujo movimento exige um Governo interino antes de se iniciarem as negociações de uma nova Constituição.

PÚBLICO — Quando terão lugar as primeiras eleições gerais?

RAMAPHOSA — Só depois da nova Constituição estar pronta é que sabermos.

P. — Mais de 45 por cento ou de 55 por cento do eleitorado votará no ANC, segundo diferentes sondagens?

R. — Muito mais do que isso, com toda a certeza.

P. — O ANC vai separar-se do Partido Comunista antes das eleições?

R. — É ainda muito prematuro determinar isso.

P. — Que futuro para a comunidade de uns 800.000 portugueses existente na África do Sul?

R. — Tem um papel muito importante na nova África do Sul. Não fazemos distinções baseadas na cor ou origem das pessoas. São compatriotas nossos. Faremos tudo o possível para proteger os seus direitos à sua cultura e simultaneamente eles devem lembrar-se de que são sul-africanos.

Temos muitas nações dentro de um país. Logicamente, fomentaremos uma nação sul-africana. Devem saber, portanto, que são primeiro sul-africanos e só depois portugueses, zulus, etc. Os seus negócios e empresas continuarão.



Cyril Ramaphosa pretende conquistar mais de 65 por cento do eleitorado

P. — Na comunidade portuguesa existe medo do ANC e dos comunistas.

R. — Isso é tudo infundado, baseado em concepções erradas. Não compreende o que é que o ANC pretende. Temos que apodá-los a per-

do, baseado em concepções erradas. Não compreende o que é que o ANC pretende. Temos que apodá-los a per-

ber o que significa o ANC e por que é que se envolveu na luta contra o apartheid.

P. — Como encara as nacionalizações na África do Sul?

R. — Devem ser vistas no contexto da intervenção do Estado, a fim de emendar os desequilíbrios existentes presentemente. Serão nacionalizados certos grandes conglomerados. Só empresas estratégicas. E de modo algum como aconteceu em Angola e Moçambique... Defendemos o princípio de uma economia mista.

P. — O poder político vai ser mais regional?

R. — Não. Deve ser gradualmente transmitido do centro para o nível regional e local. Mas se houver demasiada poder a nível local existe o perigo de o apartheid se fortificar.

P. — Refere-se às povoações rurais onde predominam os africanos mais conservadores?

R. — Exactamente. Eles podiam manter o apartheid se tivessem poderes locais para tal.

P. — Como é que poderão financiar as despesas com a previdência social que actualmente não existe e o ANC defende?

R. — Precisaremos de um forte crescimento da nossa economia. O sistema fiscal não se deverá tornar uma carga demasiado pesada para o nosso povo. Não vamos desperdiçar capital em coisas tais como as Forças Armadas.

P. — Irá a África do Sul ser um motor de crescimento para a África Austral?

R. — Vamos ajudar os países vizinhos a recuperar da crise actual e a tornarem-se respeitados.

P. — Vão compensar o impacto negativo que uma alegada política sul-africana de desestabilização teve em países como Moçambique?

R. — O que a África do Sul fez a Moçambique e a Angola foi deveras devastador.

P. — Como vê a ... de transição?

R. — Terá que passar por várias fases, conforme o caminho percorrido pelas negociações para resolver a situação de conflito permanente que afecta o nosso país.

P. — É a extrema direita?

R. — Pode ser referida. Já disse tudo o que tinha a dizer e que é totalmente irrelevante.

P. — É sobretudo um sindicalista, um marxista, um político ou um pragmático?

R. — Todos os quatro! (sorriso ríco).

P. — Como vê o futuro do Partido Comunista?

R. — O PC de África do Sul está no auge da sua popularidade e tem um papel importante a desempenhar dentro da política sul-africana.

P. — Qual a razão por que é tão popular?

R. — Muita gente gosta do partido e o seu gram e sistema de socialismo são ainda viáveis.

P. — Quem vai liderar as negociações por parte do ANCT?

R. — Nelson Mandela.

P. — Como é que será criado um Governo provisório?

R. — Isso será discutido numa conferência multipartidária. Talvez aconteça como na Espanha e em Portugal foi feita a transição do fascismo para a liberdade. Gostava de ler mais sobre o assunto. e

Governo teme a extrema-direita

AO CONTRÁRIO do que acontece com o ANC, que minimiza a extrema-direita sul-africana, o Governo de Pruderk de Klerk leva a muito a sério; e por isso o Partido Nacional, que o sustenta, anulou na segunda-feira à noite um comício que poderia dar origem a novos confrontos com os "ultras".

O chefe do partido governamental no Estado Livre de Orange, uma das quatro províncias da África do Sul, Kobie Coetsee, ministro da Justiça, justificou a anulação do comício de Parys (120 km a sul de Joanesburgo) com a presença na região de muitos manifestantes do Movimento de Resistên-

cia Afrikaner (AWB, neofascista).

Em 8 de Agosto, três militantes do AWB morreram em Ventersdorp devido a violentos combates com a policia, por altura de um discurso do Presidente De Klerk.

A anulação da iniciativa marcada para a localidade de Parys verificou-se numa altura em que o Presidente depara com a greve da fome de três militantes da extrema-direita que se consideram presos políticos e exigem a libertação, como aconteceu com mais de mil elementos do ANC.

Henry Martin, Adriaan Maritz e Lood van Schalkwyk encontram-se já em greve há mais de um mês

e o seu estado é considerado crítico, sobretudo o do primeiro, de origem britânica, que já não se alimenta há 52 dias.

Hospitalizados em Pretória, sob vigilância policial, pertencem ao pequeno grupo Ordem da Nação Boer (OB) e são culpados de dois atentados com explosivos que no ano passado causaram um morto e diversos feridos.

Um dirigente daquele grupo, Leonard Veenendaal, afirmou que dois dos condenados agiram por conta dos serviços secretos sul-africanos e dos serviços militares de informações, o que foi desmentido por estas instituições.

O ANC, apesar de normalmente minimizar a extrema-direita, pediu agora ao Governo para evitar a morte dos grevistas da fome, que seria "trágica e inútil". E aguarda-se agora um indulto, de modo a evitar que "os ultras" causem ainda mais problemas à democratização da sociedade sul-africana.

Outras notícias dizem entretanto que Joe Slovo, de 65 anos, padece de uma doença cancerosa, pelo que em breve deverá deixar o cargo de secretário-geral do Partido, que talvez passe a Chris Hani, responsável pela ala militar do ANC. e

EXPRESSO, SÁBADO 31 DE AGOSTO DE 1991

Boers querem Estado branco

O PARTIDO do Estado Boer, uma das formações sul-africanas de extrema direita, anunciou esta semana que pretende enviar à ONU uma delegação para reivindicar o restabelecimento das antigas repúblicas Boers.

Para a extrema-direita da África do Sul a situação no país só será resolvida com a criação de um Estado separado para a população branca.

Em Pretória, o Partido Nacional, no poder, anunciou que está a preparar «propostas constitucionais radicais» para apresentar num congresso extraordinário a realizar na próxima

semana. Entre as propostas conta-se a criação de um conselho de Estado de três ou cinco membros que substituiria a actual figura do presidente da República.

Entretanto, a Imprensa sul-africana anunciou que Joe Slovo, o secretário-geral do Partido Comunista, força política que integra o Congresso Nacional Africano, sofre de cancro na medula óssea. Fontes partidárias admitiram que Slovo, de 65 anos, possa abandonar a política activa no final do ano. Chris Hani, chefe da ala militar do ANC, poderá ser o seu sucessor.

D JORNAL 30.8.1991

África do Sul afunda-se

O Banco de Reserva Federal da África do Sul afirmou que o decréscimo verificado no desenvolvimento económico do país piorou consideravelmente no primeiro semestre do ano, sendo contudo provável que recupere ainda durante os restantes meses deste ano ou, no máximo, no início de 1992. O diagnóstico do banco sul-africano foi bastante menos optimista do que as recentes sugestões do sector privado, segundo as quais a economia do país finalmente recuperou após dois anos e meio de recessão. O Produto Nacional Bruto cresceu em média apenas 1,5 por cento na década de 80, tendo caído um por cento desde o início de 90.

Comércio do Norte

2/SETEMBRO/1991

PRETÓRIA AJUDA DESPRIVILEGIADOS

O governo sul-africano anunciou a atribuição de mil milhões de randes, provenientes da venda de reservas de petróleo, a projectos socioeconómicos para melhoria da qualidade de vida no país.

O ministro da Coordenação Económica e Empresas Públicas, Dawie de Villiers, revelou os projectos durante uma conferência de imprensa no edifício da União, em Pretória, onde assumiu responsabilidades em nome do Executivo para com os cidadãos mais desprivilegiados.

Quase metade daquele investimento (408,692 milhões) será destinado à melhoria de infraestruturas, beneficiando os chamados «serviços rudimentares» da segunda maior fatia do bolo, num montante de 204 milhões de randes.

De Villiers admitiu uma próxima nova redução das reservas estratégicas de combustível na África do Sul, num valor próximo de mil milhões de randes.

Os 667 projectos anunciados foram estruturados de forma a melhorar a capacidade produtiva da economia e estimular um maior crescimento económico.

De Villiers afirmou que os 20 milhões de randes atribuídos a programas especiais de criação de postos de trabalho deverão beneficiar cerca de 59 mil pessoas num período de 15 meses e que 73,5 por cento dos fundos visam a redução das discrepâncias socioeconómicas.

Neste domínio está prevista, entre outras iniciativas, a construção de 1.900 novas salas de aulas, 141 clínicas e 64 creches, além de habitações para cerca de 270 mil pessoas.

ANGELA DAVIS EM JOANESBURGO

A militante da Extrema-Esquerda norte-americana Angela Davis chegou a Joanesburgo na sua primeira visita à África do Sul.

«Há cinco anos atrás, nunca imaginaria que pudesse vir à África do Sul», disse Angela Davis aos jornalistas que a aguardavam no aeroporto de Jan Smuts, em Joanesburgo.

«A África do Sul não é ainda um país livre, mas encontra-se mais próximo disso que nunca», acrescentou a antiga activista política.

Angela Davis foi recebida por Winnie Mandela, mulher do presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, que a convidara para uma visita de duas semanas à África do Sul.

Professora na Universidade do estado de São Francisco, Angela Davis foi uma das chefes de fila na defesa dos direitos civis nos Estados Unidos no fim da década de 60 e no início da de 70.

E igualmente fundadora da Aliança Nacional contra o Racismo e a Repressão Política nos Estados Unidos e foi candidata do Partido Comunista, já por duas vezes, para a vice-presidência norte-americana.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 29 AGOSTO 1991

Maria Barroso na África do Sul

MARIA BARROSO inaugura em Setembro, na África do Sul, duas escolas dedicadas pela Igreja Católica aos refugiados moçambicanos, a convite da Conferência de Bispos da Igreja Católica da África Austral. O convite foi feito como uma homenagem a uma «senhora que sempre se preocupou com os projectos desta organização.» A mulher do Presidente da República chega a Joanesburgo no próximo dia 10, vinda do Maputo, e visitará as localidades de Kangwane e Gazankulu, onde permanecerá dois dias para visita aos projectos da Igreja Católica dedicados a refugiados moçambicanos. ●

O renascer dos bóeres

O Partido do Estado Bóer surge no xadrez político sul-africano disposto a complicar mais ainda a situação de tensão e desconfiança que se vive no país em termos de futuro. Os seus objectivos são claros e directos: dividir o território em dois, um dos quais ficaria para a população branca e outro para a negra. Nesse sentido, propõe-se enviar às Nações Unidas uma delegação para explicar (presume-se que nos bastidores do Palácio de Vidro, que não, certamente, no seu hemisfério) as suas pretensões e reclamar o restabelecimento das antigas repúblicas bóeres, que constituíram o embrião da actual República da África do Sul e serviram de matriz ao regime de *apartheid* que nela até agora vigorou.

Enquanto os Portugueses — os primeiros a pisar aquela terra, dobrado que foi o cabo da Boa Esperança — por ali se não demoraram, bem mais interessados, afinal, no prosseguimento da rota para a Índia, já a outros povos europeus a notícia do achamento daquela costa interessou particularmente. Foi o caso dos Holandeses. Em 6 de Abril de 1652, data que hoje a África do Sul assinala como o Dia do Fundador, feriado nacional, Jan van Riebeeck, então com 32 anos, desembarcou junto à montanha da Mesa, onde actualmente fica a Cidade do Cabo. Funcionário da Companhia Holandesa das Índias Orientais, ali se fixou com a mulher e mais alguns companheiros, fundando um pequeno colonato que, a partir de 1671, começaria a expandir-se para o interior. É desse punhado dos chamados «homens livres do Cabo» que descendem as orgulhosas gerações brancas conhecidas por bóeres (ou, como hoje passaram a designar-se, *africanenses*) — agricultores e criadores de gado, senhores da terra, fundadores de novas povoações, exploradores de rios e minas e que por tudo isso lutaram, primeiramente contra as tribos bantas, que, em vão, tentaram barrar-lhes o caminho e a usurpação da terra a que ancestralmente se encontravam ligadas, e, mais tarde, contra a dominação britânica. Recorde-se que esta ocorreu a partir do desembarque na Cidade do Cabo, em 1795, de uma expedição enviada de Londres para manter a colónia holandesa em nome do príncipe de Orange, na altura exilado em Inglaterra enquanto o seu país se tornava na República da Batávia, sob a tutela da França revolucionária. Mas já, entretanto, essa população branca que se fixara no Cabo e daí irradiara pelo interior do território se identificara com a terra, dela fazendo o seu próprio país, criando um idioma privativo — o *afrikaans* (hoje, *africanense*) — derivado do holandês antigo e que, já em pleno século XX, se tornaria, a par do inglês, numa das duas línguas oficiais da África do Sul. Ao mesmo tempo criara uma cultura própria e uma interpretação muito peculiar da Bíblia, segundo a qual o negro fora colocado no mundo pelo Criador como uma raça inferior ao serviço da raça branca.

Construídas assim as chamadas *repúblicas bóeres*, que, após dura luta a Coroa britânica acabaria por dominar (a segunda guerra bóer, depois da primeira, contra as tribos negras), conseguiram os bóeres levar os dominadores a com eles pactuarem na construção de uma União que se consolidaria a partir de 31 de Maio de 1910 e de que seria primeiro-ministro o general bóer Louis Botha. Estava aberto o caminho para uma gradual autonomia do território dentro do Império Britânico, até ao seu reconhecimento como Estado soberano integrado na Commonwealth, em meados dos anos 30. A partir daí tornou-se imparável o desenvolvimento económico do novo e portentoso país de hegemonia branca instalada no Sul do Continente Negro — tanto quanto, paralelamente, se desenvolvia a intransigente segregação das populações negras abrangidas pelas suas fronteiras.

É essa massa populacional dentro dos quatro milhões de brancos existentes na República da África do Sul (os negros excedem os 20 milhões) — descendente directa dos primitivos bóeres e muito superior, em número, à que teve origem na ocupação britânica — que hoje se opõe a qualquer forma de diálogo com a maioria negra e que considera De Klerk, também ele um descendente de bóeres, «o grande traidor». Nela mergulham as raízes os movimentos de extrema-direita que começaram já a dar sinal de vida de maneira violenta, como ainda recentemente aconteceu, e este recém-surgido Partido do Estado Bóer, que pretende levar à ONU a proposta de divisão do território em dois países, um negro, outro branco. Só que, para De Klerk, o processo democrático e as reformas por si encetadas não contemplam qualquer projecto deste tipo. E, como repetidamente tem dito, essas reformas «são irreversíveis», pelo que se não mostra disposto a ceder a pressões. O que, por outras palavras, quer, ao fim e ao cabo, dizer que a nova África do Sul, que sob a sua acção e o aplauso da comunidade internacional está a ser construída, terá de constituir um só todo, fraterno e plurirracial — onde os muros e as fronteiras artificiais não poderão, de facto, existir. Tudo está em saber-se se os radicais bóeres acabarão por compreender que o seu tempo passou.

NOVA CONSTITUIÇÃO ANIMA POLÍTICA SUL-AFRICANA

Com a violência dentro da África do Sul bastante mais controlada, registando-se apenas episódios isolados de tumultos nas «townships» do Natal e do Transvaal, um diálogo informal decorre entre as principais formações políticas sobre a futura Constituição.

MARIA
DE LOURDES
TORCATO

Correspondente
em Joanesburgo

O Partido Nacional elaborou um documento, intitulado «Uma visão para um novo regime constitucional democrático na África do Sul», cujo conteúdo foi dado a conhecer restritamente. Em Abril foi divulgado um documento semelhante do ANC, intitulado «Princípios constitucionais e estruturas para uma África do Sul democrática».

As duas propostas, dos dois sectores mais relevantes da cena política sul-africana, apresentam muitas coisas em comum. Mas salta à vista que certas provisões no documento do partido do Governo não têm qualquer hipótese de serem aceites pelo ANC, principalmente porque retiram muito poder ao Governo central. Não só o Partido Nacional propõe a divi-

são do país em nove regiões dotadas de um certo grau de autonomia, como estabelece um governo multipartidário e uma presidência colegial.

A propósito do «Governo multipartidário», o ANC diz: «A proposta para um governo multipartidário estabelecido pela Constituição é mais uma contribuição específica da África do Sul para a lei constitucional. O Partido Nacional diz que a proposta é baseada em modelos constitucionais europeus, confundindo sistema multipartidário com governo multipartidário».

Na Europa Ocidental, c que está geralmente estabelecido nas diversas constituições é o sistema multipartidário de democracia, não um governo constituído por muitos partidos. Cada partido pode livremente fazer ligações mas não é obrigado a isso, pois se obter uma maioria de votos pode formar governo sozinho.

A proposta constitucional do Partido Nacional

já tem um parecer do ANC, mesmo sem ter havido delegações a discutir em volta de uma mesa, o que de certa maneira representa uma fase nova no processo sul-africano desde que De Klerk chegou ao Poder. O período das con-

uma segunda câmara no Parlamento representando todos os partidos em pé de igualdade e com direito a veto, o que significaria que o Parlamento onde os mesmos partidos estão representados na proporção dos votos obtidos nas eleições se-



Presidente De Klerk.

versações para as negociações parece ter terminado.

O ANC disse, através de declarações à imprensa e num documento que circula entre os militantes, que as provisões que o Partido Nacional gostaria de introduzir na Constituição destinam-se a eliminar, à partida, o poder de «uma pessoa, um voto», isto é, o poder da maioria e a limitar a acção do Governo central.

Outra ideia dos nacionalistas é a existência de

ria pouco mais que simbólico.

O ANC chama a esta ideia uma aberração da democracia e, em termos gerais, classifica a proposta constitucional do Partido Nacional como antidemocrática. Mas em negociações o ponto é fazer concessões mútuas pelo que, quando chegar à conferência multipartidária ou outra forma de negociação, vai-se ver até que ponto podem ir os compromissos recíprocos.

Zimbabwe Flight test

THE ECONOMIST AUGUST 31ST 1991

FROM OUR HARARE CORRESPONDENT

CORRUPTION and nepotism, as well as mismanagement, have been uncovered by an official inquiry at the national airline, Air Zimbabwe. For President Robert Mugabe's government the finding presents a stiff test, both in politics and in economics. So far, the response looks healthy. Last week the airline's general manager, Fungayi Musara, was asked to resign. He refused, and the board dismissed him. More heads will probably roll.

Air Zimbabwe has not issued an annual report since 1987. No figures are available on losses at its freight subsidiary, Affretair. Early this year a letter circulated in Harare, alleging that Mr Musara had appointed three nephews as senior managers with generous pay and perks, and had put other family and clan members on the payroll. Other rumours were that huge kickbacks had been involved in Air Zimbabwe's purchase of new aircraft, including two Boeing 767-ERS and two 737s; and that currency had been fiddled at the airline's foreign destinations, including London, Frankfurt, Nairobi, Athens and Johannesburg. In April the new chairman of Air Zim's board, Reg Austin, a law professor, began his inquiry.

Mr Musara was under fire in 1989, when eight senior airline managers petitioned the board to sack him for corruption and incompetence. He sacked the complainers; they were reinstated by the courts, but only one is still with the airline. Mr Musara was appointed in 1987 by Herbert Ushewokunze (then minister of transport, now minister of energy), who is known for solidarity with his Zezuru clan, to which President Mugabe also belongs.

Among the 266 members of the central committee of the ruling ZANU-PF party, Professor Austin is the only white man. He has no network of clansmen to support him. But he is valued for his legal knowledge, and the ruling party's economic reformers welcome his findings.

In July the finance minister, Bernard Chidzero, announced his intention to halve the budget deficit, slash the civil service by a quarter, and end all subsidies to state-owned corporations. Last year those subsi-

dies cost Z\$629m (\$257m)—more than a third of the total budget deficit and 3.7% of GDP. This year Air Zimbabwe's deficit is expected to be Z\$26.7m—much less than that of the National Railways (Z\$148.6m) or the Steel Corporation (Z\$139m). Mr Chidzero cannot deal with the big losers unless he first deals with the corrupt smaller one.

The World Bank and other potential donors heartily endorse Mr Chidzero's subsidy-slashing, but insist that yet more subsidies must end if Zimbabwe is to get the hard-currency loans it needs to back its trade-liberalisation programme. Some \$700m has been pledged by western donors, though much more is needed.

Politically, many Zimbabweans want action against what they see as an increasingly corrupt elite. With Mr Musara sacked, they want full disclosure of the inquiry's findings and the prosecution of those implicated in illegal acts. The minister of transport, Denis Norman, endorsed Mr Musara's dismissal, noting that Air Zimbabwe's new manager must face growing deregulation, and more competition from American and European carriers as well as South African Airways.

The airline's board is weighing up the future, considering the need for its services to Europe, and even discussing privatisation. It may also be asking whether the airline should, at its own expense, provide aircraft for President Mugabe's frequent overseas trips. If the political and economic reforms are serious, even the perquisites of high office must be questioned.